CGTP

INTERSINDICAL NACIONAL

PRESS BOOK

Revista_Imprensa_15_Abril_2020

CISION

Revista de Imprensa

1. Metade só consegue sobreviver mais 2 meses, Correio da Manhã, 15/04/2020 1

2. Governo obriga alunos a "dever de assiduidade" no 3º período, Correio da Manhã, 15/04/2020 2

3. Operários de Ovar com 55% do salário, Correio da Manhã, 15/04/2020 3

4. Dinheiro adia transferência de transplantados, Correio da Manhã, 15/04/2020 4

5. Consultas canceladas no Alentejo, Correio da Manhã, 15/04/2020 5

6. Atraso no apoio desespera Media, Correio da Manhã, 15/04/2020 6

7. Indústria têxtil aposta na moda da proteção pessoal, Correio da Manhã, 15/04/2020 8

8. Marisa Matias - Financiamento do BCE, Correio da Manhã, 15/04/2020 10

9. Editorial - Um país, dois sistemas, Correio da Manhã, 15/04/2020 11

10. Perguntas e respostas, Correio da Manhã, 15/04/2020 12

11. Grande Confinamento. FMI diz que Portugal vai ter recessão de 8%, i, 15/04/2020 13

12. Editorial - Um bom ano para acabarem os rankings, i, 15/04/2020 16

13. Emergência .Ainda não chegou o momento de aliviar as restrições, i, 15/04/2020 17

14. Vital Moreira diz que é fácil prever que "vamos ver novamente o PCP e o Bloco de Esquerda na oposição", i, 15/04/2020 18

15. Lay-off em seis clubes de futebol pode custar 700 mil ao Estado, Jornal de Notícias, 15/04/2020 19

16. TAP - Costa segue ministros e admite nacionalizar, Jornal de Notícias, 15/04/2020 21

17. Escolas - Governo aposta na tecnologia para garantir o próximo ano letivo, Jornal de Notícias, 15/04/2020 23

18. Governo prepara regresso das firmas ao trabalho, Correio da Manhã, 15/04/2020 26

19. Isabel Camarinha - Aumentos, Correio da Manhã, 15/04/2020 28

20. Primeiro de Maio sem desfile, Correio da Manhã, 15/04/2020 29

21. Restaurantes de Braga exigem que governo pague 100% aos trabalhadores em Layoff, i, 15/04/2020 30

22. Norte - Peso da indústria e densidade populacional explicam números mais altos, Jornal de Notícias, 15/04/2020 32

23. Inditex continua a despedir após fecho de lojas em Portugal, Jornal de Notícias, 15/04/2020 35

24. Choque de desemprego será o maior de sempre, Jornal de Notícias, 15/04/2020 36

25. Pessoal não docente não vai ser despedido, Jornal de Notícias, 15/04/2020 37

26. Portugal tem alternativa ao lay-off que ainda não saiu do papel, Negócios, 15/04/2020 38

27. O que cinco países estão a fazer para segurar empresas e salários, Negócios, 15/04/2020 40

28. No Grande Confinamento PIB português cai 8% e desemprego dispara, Público, 15/04/2020 43

29. Sindicatos da função pública acusam Governo de preparar despedimentos injustos, Público, 15/04/2020 46

30. Economia só reabre se as pessoas sentirem confiança, Público, 15/04/2020 47

CISION
ID: 85980364
CORREIO da manhã
15-04-2020
Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral
Pág: 11
Cores: Cor
Área: 25,70 x 27,40 cm²
Corte: 1 de 1

Metade só consegue sobreviver mais 2 meses

RETRATO Inquérito expõe fragilidade das empresas e sobretudo do setor da restauração

Sem medidas adicionais de liquidez, quase metade das empresas só tem condições para se manter em atividade por mais dois meses. E 10% admitem mesmo só conseguir aguentar mais um mês, de acordo com o inquérito levado a cabo pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) e pelo Banco de Portugal.

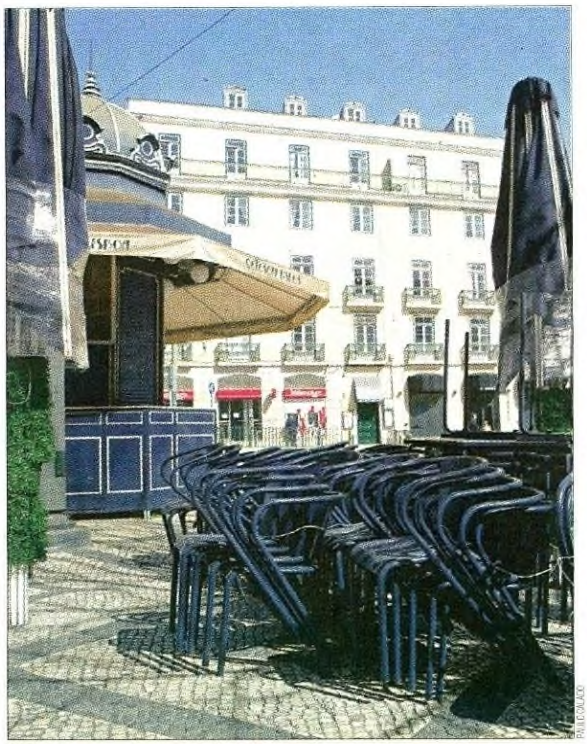
A suspensão parcial ou total da atividade devido à Covid-19 está a deixar, de dia para dia, cada vez mais debilitada a saúde das empresas, sobretudo as mais pequenas e as que estão ligadas ao setor do alojamento e da restauração. É este o retrato feito a partir das respostas de 4793 empresas, entre 6 e 10 de abril, ao primeiro inquérito realizado pelo Banco de Portugal e pelo INE a propósito do impacto da pandemia no tecido produtivo do País.

MAIS DE 80% DAS FIRMAS CONTINUA A TRABALHAR TOTAL OU PARCIALMENTE

Em termos globais, o inquérito indica que 82% das empresas se mantinham em produção ou em funcionamento, mesmo que parcialmente e 16% encontravam-se temporariamente encerradas. A proporção de empresas encerradas (temporária e definitivamente) é maior quanto menor a dimensão. Mas 2% das empresas responderam que já encerraram definitivamente a sua atividade, com predomínio para as micro e pequenas empresas. Uma parte significativa não prevê recorrer aos apoios criados pelo Executivo, com exceção do novo layoff.

O setor mais afetado é o do alojamento e restauração com cerca de 55% das empresas encerradas.

Apesar da situação, 90% das empresas responderam que vão manter os preços, enquanto 7% até admitem vir a baixá-los no futuro. R.O.



PAULO CALADO

55% das empresas de alojamento e restauração encerraram

NÚMEROS

86% das grandes empresas garantem que continuam em funcionamento, com apenas 14% de grande dimensão a declarar ter encerrado temporariamente a atividade.

80% das empresas em funcionamento ou temporariamente encerradas reportaram um impacto negativo na sua atividade e 5% dizem registar um impacto positivo.

37% das empresas responderam terem registado uma redução superior a 50% do volume de negócios na semana de 6 a 10 de abril.

75% é a redução do volume de negócios das empresas ligadas ao alojamento e à restauração - o setor mais afetado - que ainda não encerraram definitivamente.

61% das empresas reduziram o número de trabalhadores ao serviço, com destaque para os setores do alojamento e restauração e dos transportes e logística.

90% dos negócios ligados ao setor da restauração e do alojamento reduziu pessoal recorrendo ao layoff simplificado, uma das medidas criadas pelo Governo.

54% das empresas já beneficiaram ou planeiam beneficiar da suspensão do pagamento de obrigações fiscais e contributivas, reduzindo pagamentos ao Fisco e Segurança Social

84% das respostas apontam a falta de encomendas ou de clientes como os principais fatores para a redução do volume de negócios registado na última semana.

CISION

ID: 85980270

CORREIO da manhã

15-04-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 7
Cores: Cor
Área: 25,70 x 22,14 cm²
Corte: 1 de 1

VÍTOR MOTA

Escolas vão definir forma como professores farão registo de faltas dos alunos

Governo obriga alunos a "dever de assiduidade" no 3º período

Os alunos têm de comparecer nas aulas pela Internet sob pena de levar falta. O Decreto-Lei n.º 14-G/2020, que estabelece as medidas excecionais aprovadas pelo Governo a semana passada devido à Covid-19, determina que os alunos estão "obrigados ao dever de assiduidade nas sessões síncronas". O diploma remete para os conselhos pedagógicos das escolas a definição das "regras de registo de assiduidade ajustadas às estratégias, recursos e ferramentas utilizadas pela escola e por cada aluno". As escolas deverão ter em conta este artigo do Decreto-Lei para os casos de alunos carenciados sem acesso ao ensino à distância.

DIPLOMA CONFIRMA QUE 3º PERÍODO VAI CONTAR PARA A AVALIAÇÃO FINAL

"Não vamos prejudicar ninguém que não aceda às aulas por falta de condições", disse ao **CM** Filinto Lima, da Associação Nacional de Diretores de Agrupamentos e Escolas Públicas.

O diploma confirma também que as notas finais dos alunos no ensino básico e secundário "terão por referência o conjunto das aprendizagens realizadas até ao final do ano letivo, incluindo o trabalho realizado ao longo do 3º período, no âmbito do plano de ensino à distância". O diploma estabelece ainda que o final do presente ano letivo termina a 26 de junho para todos os anos de escolaridade.

Exames começam no dia 6 de julho

Os exames nacionais foram adiados e vão começar a 6 de julho, com Português, e terminam a 23 (1ª fase), com Literatura Portuguesa. O Governo aprovou ainda a renovação de contrato do pessoal docente e não docente até ao fim do ano escolar. A mobilidade por doença será também renovada para 2020/2021 mediante apenas uma declaração do professor.

PRIMEIRA FASE DOS EXAMES DO SECUNDÁRIO

6 DE JULHO
09h30
12º ANO
Português (639)
Português Língua Segunda (138)
PLNM (839)

7 DE JULHO
09h30
11º ANO
Espanhol (547)
Espanhol (847)
14h00
11º ANO
Francês (517)

8 DE JULHO
09h30
11º ANO
Filosofia (714)

9 DE JULHO
09h30
11º ANO
Física e Química A (715)
14h00
11º ANO
Latim A (732)

10 DE JULHO
09h30
12º ANO
História A (623)
11º ANO
História B (723)

13 DE JULHO
09h30
11º ANO
Geografia A (719)

14 DE JULHO
09h30
11º ANO
História da Cultura e das Artes (724)

15 DE JULHO
09h30
12º ANO
Matemática A (635)
11º ANO
Matemática B (735)
Mat. Ap. às Ciênc. Sociais (835)

16 DE JULHO
09h30
12º ANO
Desenho A (706)

17 DE JULHO
09h30
11º ANO
Biologia e Geologia (702)

20 DE JULHO
09h30
11º ANO
Economia A (712)
14h00
11º ANO
Alemão (501)

21 DE JULHO
09h30
11º ANO
Inglês (550)

22 DE JULHO
09h30
11º ANO
Geometria Descritiva A (708)

23 DE JULHO
09h30
11º ANO
Literatura Portuguesa (734)

Afixação das pautas: **3 de agosto**
Resultados dos processos de reapreciação: **1 de setembro**

Fonte: Ministério da Educação

CISION

ID: 85980557

CORREIO da manhã

15-04-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 19
Cores: Cor
Área: 15,56 x 7,11 cm²
Corte: 1 de 1

ESTELA SILVA/LUSA

Concelho de Ovar está sujeito a uma cerca sanitária devido à pandemia

Operários de Ovar com 55% do salário

A Segurança Social só vai pagar 55% dos salários a trabalhadores de Ovar pelo período de 2 a 17 de abril, revelou um grupo empresarial, classificando a medida como "injusta". Em causa estão as compensações do Estado a trabalhadores impedidos de trabalhar no concelho ou fora devido à cerca sanitária.

CISION
ID: 85980635
CORREIO da manhã
15-04-2020
Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral
Pág: 22
Cores: Cor
Área: 25,70 x 20,71 cm²
Corte: 1 de 1

LISBOA

VALOR Cirurgiões do Curry Cabral recebem 10 mil euros por mês
ALERTA 28 doentes prioritários à espera de transplante

Dinheiro adia transferência de transplantados

ALEXANDRE AZEVEDO

Hospital Curry Cabral, em Lisboa, poderá vir a ser transformado numa unidade dedicada exclusivamente ao tratamento de doentes infetados com a Covid-19

MARIANA LOPES

A transferência do serviço de transplante e cirurgias do fígado do Hospital Curry Cabral, em Lisboa, para o Santa Marta foi adiada. A medida deve-se ao facto desta unidade hospitalar passar a ser exclusivamente dedicada à Covid-19. Na origem do adiamento estão incentivos pagos aos médicos por cada cirurgia feita neste centro hospitalar, assim como 'pressões' administrativas, segundo apurou o **CM**.

"Os médicos mostram uma falsa preocupação com os doentes, porque na verdade não querem que isto aconteça.

MÉDICOS DENUNCIAM CONFLITOS ENTRE DIRETORES CLÍNICOS

Recebem cerca de 10 mil euros por mês e acreditam que isso deixará de acontecer no Santa Marta", disse ao **CM** fonte hospitalar. A mudança estava planeada para acontecer na semana passada para "garantir a máxima segurança dos doentes" que precisam de maiores cuidados, disse o Centro Hospitalar Universitário Lisboa Central (CHULC) que agrega as duas unidades.

Atualmente, existem 28 doentes prioritários em espera para transplante de fígado ou pâncreas. O diretor da área cirúrgica, Américo Martins, estava contra a transferência. Demitiu-se por não aceitar que o CHULC tivesse recusado a criação de um circuito interno. Uma semana depois, o Centro Hospitalar garante não ter recebido qualquer comunicação oficial, acrescentando que haveria risco caso fosse mantida a situação. Ao que o **CM** apurou, as 'pressões' que provocaram o adiamento passam pela influência de Eduardo Barroso.

O cirurgião, ex-coordenador da Unidade de Transplantação, considera um 'erro trágico' transformar o Curry Cabral num 'Hospital Covid'. Com a transferência, o serviço ficaria sobre a alçada de José Fragata, diretor clínico do serviço de cirurgia cardiotorácica do Santa Marta. "Esta medida não agrada nem aos cirurgiões porque sabem que não vão dispor de tanto dinheiro, nem a Eduardo Barroso, que teve conflitos com José Fragata", adianta a mesma fonte hospitalar.

Confrontado pelo **CM** com a situação, o CHULC respondeu: "Não há comentários." Também Eduardo Barroso escusou-se a fazer qualquer comentário. Alguns doentes dos serviços de ortopedia e de oncologia do estômago, cólon e tiroide já foram transferidos de hospital.

PORMENORES

Governo dá luz verde
O Ministério da Saúde reforçou, na sexta-feira, o apoio à transferência de infetados do Curry Cabral para o Santa Marta.

Equipamento necessário
O Santa Marta garante ter "os equipamentos necessários para todos os procedimentos" a realizar em doentes do fígado.

NOTÍCIA EXCLUSIVA
DA EDIÇÃO EM PAPEL

CISION

ID: 85980930

CORREIO da manhã

15-04-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 37
Cores: Cor
Área: 4,61 x 11,02 cm²
Corte: 1 de 1

COVID-19

Consultas canceladas no Alentejo

O PCP contesta o fecho da "quase totalidade" das extensões e o cancelamento das consultas no Baixo Alentejo devido à Covid-19, o que "priva" a população de cuidados de saúde primários. A crítica surge numa pergunta que os deputados João Dias e Paula Santos dirigiram à ministra da Saúde, Marta Temido, a pedir esclarecimentos sobre a decisão de fechar "a quase totalidade das extensões por tempo indeterminado" e cancelar "todas as consultas nas sedes" dos centros de saúde da região.

CISION
ID: 85981107
CORREIO da manhã
15-04-2020
Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral
Pág: 43
Cores: Cor
Área: 20,83 x 20,78 cm²
Corte: 1 de 2

COMUNICAÇÃO SOCIAL EM RISCO

Media desesperam por medidas de apoio

RECEITAS Setor enfrenta crise devido à pandemia de Covid-19 **AUDIÇÃO** Ministra da Cultura, Graça Fonseca, com a tutela da comunicação social, vai hoje ao Parlamento anunciar plano

DUARTE FARIA

Quase um mês depois de a Plataforma de Meios Privados ter pedido um plano de resgate para os media em Portugal para mitigar o impacto da pandemia no setor, a ministra da Cultura, Graça Fonseca, deve anunciar hoje no Parlamento as primeira medidas. Os grupos de comunicação social desesperam por apoios que possam minimizar os efeitos das acentuadas quebras de circulação, na imprensa, e de publicidade, em todos os meios.

O plano inicial do Governo previa um pacote de 10 milhões

DISTRIBUIDORA VASP TAMBÉM PEDE MEDIDAS URGENTES AO GOVERNO

de euros, a distribuir de acordo com as perdas de receitas publicitárias neste trimestre, quando em comparação com os valores registados no mesmo período de 2019. Um referencial que preocupa os grupos com maior exposição à imprensa (jornais e revistas), que vivem sobretudo das receitas de circulação. Desta forma, o Governo deverá acolher algumas das medidas propostas pelo Bloco de Esquerda, que considera que o critério da receita publicitária "não é adequado". Além disso, os bloquistas pedem que, no caso da imprensa escrita, o valor seja distribuído de acordo com as escolhas feitas pela população. O programa propõe um total de 15 milhões a distribuir pela comunicação social em maio, junho e julho, valor que "equivale à estimativa de receita trimestral do Imposto Google", a aplicar às gigantes tecnológicas.

Recorde-se que a distribuidora nacional VASP também reclama medidas urgentes, sob pena de deixar de distribuir jornais e revistas em todo o País. ●

1 **Distribuição** de jornais e revistas em todo o País está em risco 2 **A ministra da Cultura,** Graça Fonseca, fala hoje no Parlamento sobre crise nos setores da cultura e comunicação social

CISION

ID: 85981107

CORREIO da manhã

15-04-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 1
Cores: Cor
Área: 6,27 x 5,42 cm²
Corte: 2 de 2

QUARTA-FEIRA 15/04/2020 | DIÁRIO | € 1,20 (C/IVA)

www.cmjornal.pt

CORREIO da manhã

DIRETOR-GERAL EDITORIAL: OCTÁVIO RIBEIRO
DIR.-GERAIS EDIT. ADJS: ARMANDO ESTEVES PEREIRA E ALFREDO LEITE
DIRETOR-EXECUTIVO: CARLOS RODRIGUES DIR.-ADJUNTOS: JOSÉ CARLOS CASTRO E PAULO JOÃO SANTOS

MINISTRA OUVIDA NA AR

ATRASO NO APOIO DESESPERA MEDIA

P.43

RELATÓRIO REVELA

CRIANÇAS E IDOSOS ALVO DE MAIS CRIMES

P.32

ESPECIAL DE 28 PÁGINAS: TUDO SOBRE A PANDEMIA P.4 A 31 E 35

TELESCOLA COM EQUIPA DO PREÇO CERTO

RTP CONTRATA PRODUTORA EXTERNA PARA ENSINO À DISTÂNCIA

MILHARES DE ALUNOS SEM COMPUTADOR E SEM ACESSO À NET IMPEDIDOS DE ACOMPANHAR AS AULAS

PERDÃO JÁ LIBERTOU MAIS DE MIL PRESOS

RECLUSO NOTIFICADO POR ENGANO PARA SAIR JÁ TINHA CHAMADO O UBER

GOVERNO PREPARA REGRESSO DAS FIRMAS AO TRABALHO

567 MORTOS
17 448 INFETADOS
347 CURADOS

INDÚSTRIA TÊXTIL NACIONAL APOSTA NA MODA DA PROTEÇÃO PESSOAL

CRÉDITO A INQUILINOS PARA AS RENDAS COMEÇA HOJE

EMERGÊNCIA NA PÁSCOA REDUZ ACIDENTES MORTAIS NA ESTRADA

RESIDENTES EM LARES DE TERCEIRA IDADE REPRESENTAM UM TERÇO DO TOTAL DOS ÓBITOS PROVOCADOS PELO VÍRUS

CIENTISTA MORRE VÍTIMA DA COVID-19

DAVID CASPAR SANTOS

PUB

PINK FLOYD

CORREIO da manhã

11ª ENTREGA
5ª FEIRA, DIA 16
THE PIPER AT THE GATES OF DAWN
POR APENAS 9,99€

VIDAS

Jessica Athayde PASSA QUARENTENA COM DIOGO AMARAL

P.44 E 45

HACKERS P.33

Piratas ameaçam grandes empresas

POLÍTICA P.37

Partidos divididos sobre 25 de Abril

95,7 MILHÕES DE EUROS P.36

Portugueses guardam fortuna em escudos

DECISÃO P.39

NOVAS REGRAS DO FUTEBOL ADIADAS

PUB

CORREIO da manhã

FAST & FURIOUS

SÁBADO, DIA 18
POR APENAS
9,95€ + JORNAL

DOM'S DOGE CHARGER DAYTONA

CISION
ID: 85980548
CORREIO da manhã
15-04-2020
Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral
Pág: 18
Cores: Cor
Área: 25,70 x 27,95 cm²
Corte: 1 de 2

ECONOMIA DA CRISE

Têxtil cria moda para proteção individual

RESPOSTA Setor tem desde ontem normas para fabrico de máscaras sociais. Deverão custar entre 10 e 20 euros e serão vendidas em hipermercados, lojas de retalho e farmácias **INOVAÇÃO** Indústria está a estudar a incorporação de tecnologias antivírus em vestuário de proteção individual

JOÃO MALTEZ

O setor têxtil nacional está a passar por um novo processo de reinvenção e, em resposta à crise causada pela Covid-19, vai apostar na produção massiva das chamadas máscaras sociais, bem como em vestuário que incorporará design e até novas tecnologias que ajudem a proteger as pessoas. Ao **CM**, Mário Jorge Machado, presidente da Associação Têxtil e Vestuário de Portugal (ATP), afirma que a indústria está agora a investir na criação da moda de proteção individual.

São já cerca de 200 as empresas do setor têxtil que manifestaram disponibilidade para produzir as chamadas máscaras sociais e "algumas estão em condições de o fazer já esta semana", revelou ontem o secretário de Estado da Saúde, António Lacerda Sales.

De acordo com Mário Jorge Machado, a produção pode chegar até aos 100 milhões de máscaras, que "em poucos dias poderão estar à venda", depois de ontem o Infarmed ter publicado as especificações técnicas para produção pela indústria destes bens de proteção. O líder da ATP adianta ao **CM** que as empresas vão agora criar os seus protótipos, para que sejam certificados pelo Centro Tecnológico das Indústrias Têxtil e do Vestuário de Portugal.

Quanto à comercialização dos produtos, irá ser feita em hipermercados, lojas de retalho ou farmácias, os espaços que durante o estado de emergência estão abertos ao público.

PRODUÇÃO DO SETOR PODE CHEGAR A 100 MILHÕES DE MÁSCARAS

Segundo Mário Jorge Machado, cada unidade poderá custar entre os 10 e os 20 euros, mas dependendo do tipo de tecido e do design poderá chegar a valores mais elevados.

Uma das preocupações da indústria passa por criar produtos que sejam reutilizáveis, após desinfeção ou lavagem, apostando numa lógica de sustentabilidade que as máscaras descartáveis não asseguram. Outra questão que o setor tem sobre a mesa é como "ultrapassar a situação muito preocupante" que a indústria têxtil hoje vive, depois de ter recuperado da crise profunda em que mergulhou no final do século XX e início deste século.

"As máscaras sociais ajudarão a reduzir o medo das pessoas relativamente ao vírus. A partir daí será possível reativar a vida em sociedade e voltar a pôr a economia a funcionar", acredita Mário Jorge Machado.

NOTÍCIA EXCLUSIVA DA EDIÇÃO EM PAPEL

REUTERS

Cerca de 200 empresas do setor têxtil já têm normativas para começar a produzir as chamadas máscaras sociais

MIGUEL BALDAIA

Máscaras descartáveis não devem ser despejadas nos ecopontos

Máscaras descartáveis vão para o lixo comum

As máscaras e outro material de proteção contra a pandemia de Covid-19 devem ser deitados no lixo comum e nunca nos ecopontos. Numa mensagem através do Twitter, a secretária de Estado do Ambiente, Inês dos Santos Costa, apelou ao "respeito" pelas pessoas que trabalham na recolha de resíduos e na limpeza urbana.

CISION

ID: 85980548

CORREIO da manhã

15-04-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 1
Cores: Cor
Área: 6,98 x 2,81 cm²
Corte: 2 de 2

QUARTA-FEIRA 15/04/2020 | DIÁRIO | € 1,20 (C/IVA)

www.cmjornal.pt

CORREIO da manhã

DIRETOR-GERAL EDITORIAL: OCTÁVIO RIBEIRO
DIR.-GERAIS EDIT. ADJS: ARMANDO ESTEVES PEREIRA E ALFREDO LEITE
DIRETOR-EXECUTIVO: CARLOS RODRIGUES DIR.-ADJUNTOS: JOSÉ CARLOS CASTRO E PAULO JOÃO SANTOS

MINISTRA OUVIDA NA AR

ATRASO NO APOIO DESESPERA MEDIA

P.43

RELATÓRIO REVELA

CRIANÇAS E IDOSOS ALVO DE MAIS CRIMES

P.32

ESPECIAL DE 28 PÁGINAS: TUDO SOBRE A PANDEMIA P.4 A 31 E 35

TELESCOLA COM EQUIPA DO PREÇO CERTO

RTP CONTRATA PRODUTORA EXTERNA PARA ENSINO À DISTÂNCIA

MILHARES DE ALUNOS SEM COMPUTADOR E SEM ACESSO À NET IMPEDIDOS DE ACOMPANHAR AS AULAS

PERDÃO JÁ LIBERTOU MAIS DE MIL PRESOS

RECLUSO NOTIFICADO POR ENGANO PARA SAIR JÁ TINHA CHAMADO O UBER

GOVERNO PREPARA REGRESSO DAS FIRMAS AO TRABALHO

567 MORTOS
17 448 INFETADOS
347 CURADOS

INDÚSTRIA TÊXTIL NACIONAL APOSTA NA MODA DA PROTEÇÃO PESSOAL

CRÉDITO A INQUILINOS PARA AS RENDAS COMEÇA HOJE

EMERGÊNCIA NA PÁSCOA REDUZ ACIDENTES MORTAIS NA ESTRADA

RESIDENTES EM LARES DE TERCEIRA IDADE REPRESENTAM UM TERÇO DO TOTAL DOS ÓBITOS PROVOCADOS PELO VÍRUS

CIENTISTA MORRE VÍTIMA DA COVID-19

DAVID CASPAR SANTOS

PUB

PINK FLOYD

CORREIO

11ª ENTREGA
5ª FEIRA, DIA 16
THE PIPER AT THE GATES OF DAWN
POR APENAS 9,99€

VIDAS

Jessica Athayde PASSA QUARENTENA COM DIOGO AMARAL

P.44 E 45

HACKERS P.33

Piratas ameaçam grandes empresas

POLÍTICA P.37

Partidos divididos sobre 25 de Abril

95,7 MILHÕES DE EUROS P.36

Portugueses guardam fortuna em escudos

DECISÃO P.39

NOVAS REGRAS DO FUTEBOL ADIADAS

PUB

CORREIO

CISION

ID: 85980570

CORREIO da manhã

15-04-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 19
Cores: Cor
Área: 9,72 x 3,67 cm²
Corte: 1 de 1

MARISA MATIAS | FINANCIAMENTO DO BCE

A eurodeputada do BE defende que a resposta económica à pandemia acordada no Eurogrupo é insuficiente. Marisa Matias vai ainda fazer chegar uma proposta ao Governo em que o BE pede a criação de um Fundo de Recuperação no qual o Banco Central Europeu emita de 750 mil milhões a 1,47 biliões de euros.

CISION
ID: 85980226
CORREIO da manhã
15-04-2020
Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral
Pág: 5
Cores: Cor
Área: 5,03 x 26,46 cm²
Corte: 1 de 1

NOTA EDITORIAL

Um país, dois sistemas

A função pública tem estado à margem do esforço de guerra à crise da Covid-19. Não os que foram destacados para a linha da frente, os profissionais de saúde, das forças de segurança, os docentes preocupados, mas o exército instalado nas trincheiras recuadas do teletrabalho ou dos que esperam que as armas se calem.

Com milhares de empresas encerradas, milhares de trabalhadores em layoff, milhares de despedimentos, milhares de famílias que viram o seu rendimento cair abruptamente, há um barco que navega tranquilo por entre a tempestade.

AFINAL, ONDE SE ENCAIXA A FUNÇÃO PÚBLICA NESTE ESFORÇO COLETIVO?

Faz lembrar o prólogo dos livros do Astérix: "Toda a Gália foi ocupada pelos romanos ... Toda? Não! Uma aldeia povoada por irredutíveis gauleses ainda resiste." O segredo estava numa poção mágica, que tornava a comunidade indestrutível.

Não sei o segredo da poção mágica que o Governo está a preparar para cumprir o desígnio nacional, lembrado a cada passo por Marcelo e António Costa: "Este é um combate de todos, estamos todos juntos nesta luta." Mas era importante que alguém viesse dizer - pela peso na máquina do Estado - onde se encaixa a função pública neste esforço coletivo.

PAULO JOÃO SANTOS
DIRETOR-ADJUNTO

CISION
ID: 85980914
CORREIO da manhã
15-04-2020
Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral
Pág: 35
Cores: Cor
Área: 20,93 x 20,22 cm²
Corte: 1 de 1

TRABALHO

QUEM FALTAR AO TRABALHO PARA PRESTAR ASSISTÊNCIA À FAMÍLIA PODE TER FALTAS JUSTIFICADAS? EXISTE ALGUM TIPO DE APOIO?

JOSÉ TEIXEIRA

Sim, diz a Direção-Geral do Emprego e das Relações do Trabalho. São consideradas justificadas as faltas motivadas por assistência a cônjuge ou pessoa que viva em união de facto ou economia comum com o trabalhador, parente ou afim na linha reta ascendente (pai, mãe, sogro, sogra, padrasto, madrasta, avó, avô, bisavô, bisavó), desde que este se encontre a cargo do trabalhador e frequente equipamentos sociais (por exemplo, lar ou centro de dia), cuja atividade seja suspensa por determinação da autoridade de saúde ou pelo Governo, e não seja possível continuar a assegurar-lhe apoio através de uma resposta social alternativa. As faltas justificadas implicam a perda de retribuição. Não está previsto nenhum apoio para compensar a perda de retribuição.

GETTYIMAGES

Há regime específico para cuidar de familiares

SUBSÍDIO

A DECLARAÇÃO DE ISOLAMENTO EQUIVALE A BAIXA MÉDICA? QUEM ESTÁ NESTA SITUAÇÃO RECEBE SUBSÍDIO?

JOÃO FARIA

A declaração da autoridade de saúde não equivale a uma baixa médica, explica a Segurança Social. A declaração que atesta a necessidade de isolamento substitui o documento justificativo da ausência ao trabalho para efeitos de justificação de faltas e de atribuição do subsídio, durante o período máximo de 14 dias de isolamento profilático, bem como para eventual atribuição do subsídio por assistência a filho ou a neto, no caso de estes ficarem em isolamento profilático. Em relação ao pagamento do subsídio por isolamento profilático, e segundo explica a Segurança Social, este é pago nas mesmas datas em que são efetuados os pagamentos do subsídio de doença, ou seja, a partir do primeiro dia de isolamento. A atribuição do subsídio por isolamento profilático não está sujeita a período de espera, elucida a Segurança Social.

GETTYIMAGES

Há pagamento do subsídio por isolamento profilático

TRANSPORTES

OS UTENTES DA TST FICARAM SEM AUTOCARROS PARA LISBOA. QUANDO SÃO REPOSTOS?

MANUEL OLIVEIRA

A Transportes Sul do Tejo diz que o prolongamento do estado de emergência, devido à pandemia de Covid-19, originou uma nova redução na procura e utilização dos serviços. "Assim, na oferta disponível desde 9 de abril, as carreiras de e para Lisboa ficarão suspensas, sendo a alternativa as carreiras que asseguram a ligação aos terminais fluviais e ferroviários. As alterações que agora implementamos, e que dão resposta à procura que temos vindo a registar, em conjunto com o recurso ao layoff (desde 9 de abril), são algumas das medidas que implementámos no sentido de assegurar a manutenção dos postos de trabalho", explica a TST. A transportadora apela à compreensão dos utentes face à necessidade de implementação das novas alterações e diz esperar voltar ao serviço habitual de transporte em breve.

DIREITOS RESERVADOS

TST não sabem quando vão repor carreiras para Lisboa

RENDAS

QUEM VIVE NAS CASAS DA CÂMARA DE LISBOA E NÃO PODE PAGAR A RENDA PODE SER DESPEJADO?

MARIA AMÉLIA

No âmbito das medidas extraordinárias de apoio às famílias, às empresas e ao emprego, a Câmara Municipal de Lisboa aprovou a suspensão do pagamento das rendas em todos os fogos municipais até 30 de junho de 2020. Esta medida, explica a autarquia, abrange 24 000 famílias e 70 000 pessoas. Após essa data, o valor que não foi cobrado poderá ser liquidado durante 18 meses - sem juros ou penalizações. A qualquer momento, as famílias poderão solicitar a reavaliação do valor das rendas, nomeadamente por diminuição de rendimentos do agregado, por desemprego ou quebra de rendimentos. Também há um reforço do fundo de emergência social, no valor de 25 milhões de euros, dirigida às famílias, às instituições sociais e à aquisição de todos os bens, serviços e equipamentos.

VITOR MOTA

Pagamento de rendas nas casas da Câmara de Lisboa suspenso

CISION

ID: 85980320

15-04-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 8
Cores: Cor
Área: 22,60 x 31,50 cm²
Corte: 1 de 3

FMI. Portugal com recessão de 8% e desemprego nos 13,9% face ao "Grande Confinamento"

Economia mundial também vai sair penalizada e deverá retrair-se 3% do PIB. Organismo internacional diz que será a pior recessão desde a Grande Depressão, de 1929, ultrapassando aquela vista durante a crise financeira global de há uma década.

SÓNIA PERES PINTO
sonia.pinto@ionline.pt

As perspetivas de crescimento económico são arrasadoras. O Fundo Monetário Internacional (FMI) já veio garantir que esta crise provocada pela covid-19 será a pior recessão desde a Grande Depressão, nos anos 30 do século passado, e muito mais grave do que a crise financeira de 2008, ao ponto de a economista-chefe do FMI, Gita Gopinath, a batizar como "Grande Confinamento".

Nas suas previsões de primavera – as primeiras desde que foi declarada a pandemia –, o FMI aponta para uma contração da economia mundial de 3% em 2020. É um resultado que compara, por exemplo, com a redução do PIB de 0,1% que se verificou em 2009, no auge da crise financeira internacional de há cerca de uma década. Daí ser considerado algo "muito pior" do que aconteceu em 2008 e 2009. "É muito provável que, este ano, a economia mundial vá viver a sua pior recessão desde a Grande Depressão [de 1929], ultrapassando aquela vista durante a crise financeira global de há uma década", revela Gita Gopinath.

Portugal não fica alheio a esta tendência e a entidade internacional aponta para uma recessão de 8% da economia portuguesa e uma taxa de desemprego de 13,9% em 2020. Além disso, prevê uma deflação de 0,2% e um saldo da conta corrente positivo em 0,3% do PIB.

Já para 2021, o cenário inverte-se, com a instituição liderada pela búlgara Kristalina Georgieva a apontar para uma recuperação de 5% do PIB, uma taxa de desemprego de 8,7%, uma inflação de 1,4% e um saldo da conta corrente a voltar ao negativo, nos 0,4% do PIB – números que contrastam com o que se verificou no ano passado, em que o crescimento do PIB foi de 2,2% e a taxa de desemprego foi de 6,5%.

BDP MAIS OTIMISTA Os números agora divulgados pelo FMI são ainda mais pessimistas do que aqueles que tinham sido revelados pelo Banco de Portugal (BdP) em março, altura em que estimou uma queda do PIB nacional de 3,7% num cenário-base e de 5,7% num adverso. Quanto à taxa de desemprego, os economistas do banco central projetaram uma taxa de 10,1% em 2020 no cenário-base e de 11,7% no adverso.

Para 2021, o BdP apontava para um crescimento de 0,7% do PIB no cenário-base e 1,4% no adverso, e, quanto ao desemprego, o banco central estima uma taxa de 9,5% no cenário-base e 10,7% no adverso.

Também esta segunda-feira, o ministro das Finanças revelou que as estimativas do Governo apontam para uma queda de 6,5% do PIB anual por cada 30 dias úteis em que a economia esteja paralisada devido à covid-19.

E quando questionado sobre se a queda do PIB poderá este ano atingir os dois dígitos, devido ao travão na atividade económica imposto pelo surto de covid-19, Mário Centeno admitiu que no conjunto do ano poderá não se atingir valores dessa magnitude, mas avisou que a queda homóloga no segundo trimestre será "com certeza de quatro a cinco vezes o máximo que alguma vez o PIB caiu num trimestre". E esse máximo foi atingido em 2012, quando se registou uma queda de 4,3%.

> BdP já estimou uma queda do PIB nacional de 3,7% num cenário base e de 5,7% num adverso

> Para 2021 prevê um crescimento de 0,7% do PIB no cenário base e 1,4% no adverso

RECESSÃO MUNDIAL A recessão de 3% prevista pela instituição sediada em Washington tem como base um cenário que "assume que a pandemia se desvanece na segunda metade de 2020 e que os esforços de contenção podem ser gradualmente relaxados", de acordo com o relatório do FMI.

Nesse cenário "é projetado que a economia cresça 5,8% em 2021, à medida que a atividade económica normaliza, ajudada pelo apoio de políticas",

CISION

ID: 85980320

15-04-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 9
Cores: Cor
Área: 22,60 x 31,50 cm²
Corte: 2 de 3

FMI

Para a entidade liderada por Kristalina Georgieva, caso as paragens na atividade económica sejam persistentes, as "medidas orçamentais terão de ser aumentadas"
DOMINICK REUTER/AFP

diz, acrescentando que "é assumido que as disrupções estejam sobretudo concentradas no segundo trimestre de 2020 para quase todos os países exceto a China (onde estiveram no primeiro trimestre), com uma recuperação gradual depois, à medida que a economia tem algum tempo para aumentar a produção depois do choque".

No entanto, "há uma incerteza extrema à volta das projeções para o crescimento mundial", já que "a quebra económica depende de fatores que interagem de maneiras difíceis de prever".

A instituição liderada por Kristalina Georgieva destaca como esses fatores a ter em conta "os caminhos da pandemia, a intensidade e eficácia dos esforços de contenção, a extensão das disrupções na oferta, as repercussões do aperto dramático das condições nos mercados financeiros mundiais, mudanças nos padrões de despesa, mudanças de comportamentos (como pessoas evitarem centros comerciais ou transportes públicos), efeitos na confiança e os preços voláteis das matérias-primas".

No entanto, o FMI admite que, caso as paragens na atividade económica sejam persistentes, as "medidas orçamentais terão de ser aumentadas", lembrando que "estímulos orçamentais de base alargada podem evitar um declínio mais acentuado na confiança, aumentar a procura agregada e mesmo evitar uma queda mais profunda". Ainda assim, defende que "as medidas de contenção adiantadas são essenciais para abrandar a disseminação do vírus e permitir aos sistemas de saúde aguentarem, abrindo caminho para um recomeço antecipado e robusto da atividade económica".

FMI projeta que economia mundial cresça 5,8% em 2021 com normalização da economia

Em 2020 prevê uma quebra de 11,5% nas importações nas economias avançadas

O FMI destaca como considerações-chave para o entendimento da crise associada à pandemia de covid-19 "a natureza do choque", diferente de todos os anteriores, os "canais de amplificação" da crise para vários setores da economia, incluindo os mercados financeiros, "indicações antecipadas de uma quebra económica severa", a "descida acentuada nos preços das matérias-primas", com os mercados de *futures* a indicar que o preço do petróleo ficará abaixo dos 45 dólares até 2023, e ainda "condições de financiamento mais apertadas" nos mercados financeiros, em parte compensadas pelas atuações dos bancos centrais.

O documento do Fundo Monetário Internacional aborda ainda outros três cenários sem ser o base, e no primeiro, no caso de um surto pandémico maior em 2020 e com uma repetição em 2021, a quebra a nível mundial iria para perto de 8% abaixo do cenário-base em 2021, de acordo com um gráfico apresentado no relatório.

No caso de um novo surto em 2021, o recuo seria de pouco mais de 4% nesse ano abaixo do cenário-base, e, no caso de uma reação mais lenta ainda em 2020, com condições de financiamento mais apertadas e prémios de risco maiores em economias emergentes, o desvio negativo face ao cenário-base andaria perto dos 3%.

Em 2020, o FMI prevê uma quebra de 11,5% nas importações nas economias avançadas (nas quais se inclui Portugal) e de 8,2% nas emergentes, e de 12,8% nas exportações nas avançadas e 9,6% nas emergentes em 2021.

Quanto ao preço do barril de petróleo, deverá baixar 42 dólares em 2020 (depois da redução de 10,2% em 2019), subindo depois 6,3 dólares em 2021.

1,50 € // Quarta-feira, 15 abril 2020 // Ano 10 // Diário // Número 3188 // Diretor: Mário Ramires
Dir. exec.: Vítor Rainho // Dir. exec. adjunto: José Cabrita Saraiva // Subdir. exec. : Marta F. Reis // Dir. de arte: Francisco Alves

OBRIGADO POR MANTER A DISTÂNCIA DE SEGURANÇA

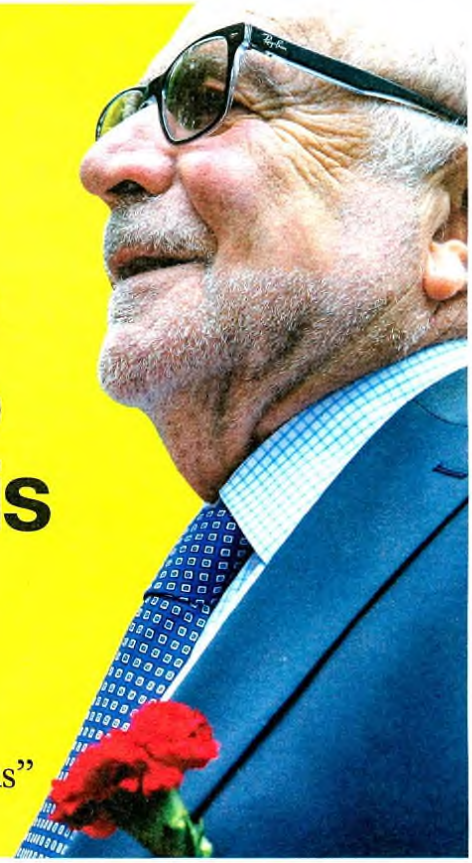
inevitável

Coronavírus limita festejos do 25 de Abril na AR

"Os capitães de Abril, neste momento, são os profissionais de saúde"

A declaração é de Manuel Alegre, que acrescenta: "O 25 de Abril celebra-se, sobretudo, lutando contra o coronavírus"

// PÁGS. 6-7



Máfia italiana substitui o Estado e dá de comer aos pobres

"Este papel da máfia como providenciador de bens, segurança e governação é muito perigoso", diz Federico Varese, professor de Criminologia em Oxford // PÁGS. 22-23

Em Guangzhou, na China, há cartazes a proibir negros de entrarem em restaurantes

// McDonald's, na lista racista, mandou retirar proibição.
// Nigerianos acusados de terem quebrado quarentena e estado em contacto com mais de dois mil chineses
// Centenas de africanos foram expulsos dos hotéis e muitos dizem que não conseguem comprar comida // PÁG. 13

Restaurantes de Braga exigem que Governo pague 100% aos trabalhadores em layoff

Medidas para apoiar sócios-gerentes não se aplicam ao setor // Empresários querem financiamento da banca a juro zero // PÁG. 32

Laboratórios já fazem testes de imunidade pedidos por médicos

// PÁGS. 2-3

Medidas de distância social podem ser necessárias até 2022

// PÁG. 3

HERÓIS ANÓNIMOS. "MUITOS CLIENTES ACABAM POR DESCARREGAR EM NÓS OS PROBLEMAS PESSOAIS E DO PAÍS"

// PÁGS. 14-21

Grande Confinamento. FMI diz que Portugal vai ter recessão de 8%

// PÁGS. 8-9

PUB
EDP LIVE BANDS
AS PAREDES NÃO TÊM OUVIDOS
MAS INSPIRAM
Aproveita a tua energia para ensaiares o que vais tocar no palco
edplivebands.edp.com
edp

CISION

ID: 85980246

15-04-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 2
Cores: Cor
Área: 7,79 x 31,50 cm²
Corte: 1 de 1

EDITORIAL

Um bom ano para acabarem os rankings

Marta F. Reis

Regressou a escola, a nova escola à distância, com mudanças que ainda não sabemos se vão ser muito duradouras mas que, tudo indica, terão de manter-se nos próximos meses, quem sabe ainda na abertura do próximo ano letivo. Foi um regresso diferente não só pela distância, agora com os pais a espreitar as salas virtuais e os professores a aprenderem também, com o desafio de reinventar o ensino ao mesmo tempo que, agora visíveis para todos, se levantarão ainda mais as desigualdades que, coletivamente, temos o dever de tentar que aumentem o menos possível. A telescola e os "Zooms" de pouco servirão se não houver uma mobilização para que o acesso à tecnologia seja generalizado, apoios reforçados para crianças com necessidades especiais, contactos personalizados de uma escola que terá de fazer ainda mais para não deixar ninguém para trás.
Só isso, já seria muito trabalho.
O Governo anunciou as datas dos exames, mas os moldes de acesso ao superior que garantam equidade terão de ser ponderados sem pressa e com realismo para que não se tente normalizar o que não é um momento normal, numa altura em que muitas famílias já terão motivos de inquietação de sobra. E se esse processo será complexo, uma coisa parece certa: as notas que até aqui faziam os *rankings* anuais pouco servirão para avaliar a resposta aos dias de pandemia. Era um bom ano para se acabar com esse exercício simplista e redutor do trabalho que é feito nas escolas.No meio da crise, a escola poderá recentrar-se no essencial, dando espaço à criatividade dos professores no cativar dos alunos, esforço que deve ser retribuído com condições menos precárias, da mesma forma que se percebe cada vez mais que muitos dos heróis deste tempo estão entre os que trabalham por menos.
No primeiro dia de aulas virtual, a concentração à frente do *tablet* mostrou-se fugidia. Se uns falam pelos cotovelos, para outros, a timidez custa ainda mais a vencer à frente do ecrã e isso será um desafio para os professores e também fonte de ansiedade para os pais. Estamos nas mãos uns dos outros, porque articular o trabalho e o teletrabalho com casas transformadas em centros de apoio ao estudo e miúdos mais irrequietos, não será fácil, mas é o que temos pela frente. Ontem, quando se ligou à turma dos quatro anos, a professora de Inglês tinha decorado a sala lá de casa com os bonecos, números e formas que costuma ter na aula para os ensinar. Foi um pequeno gesto que tornou o regresso mais real. Quando chegou a hora de Desenho, cada um teve direito a uma palavra de acompanhamento como se estivesse ao lado das educadoras. Já era verdade antes, mas são os professores que vão fazer a diferença, junto das suas turmas e com as limitações que conhecemos, naquilo que, ainda assim, forem capazes de construir com eles este ano.

CISION

ID: 85980268

15-04-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 4
Cores: Cor
Área: 22,60 x 31,50 cm²
Corte: 1 de 1

António Costa elogia comportamento dos portugueses

RODRIGO ANTUNES/POOL/LUSA

Emergência. Ainda não chegou o momento de aliviar as restrições

António Costa prevê que os portugueses possam ir de férias no verão. "Não deixem de pensar nas férias", disse o primeiro-ministro.

LUÍS CLARO
luis.claro@ionline.pt

As restrições à circulação são para manter, pelo menos, até ao início de maio. O primeiro-ministro, António Costa, disse, em entrevista à rádio *Observador*, que este ainda não é o momento para "aliviar" as medidas para controlar a propagação da pandemia. Deixou, porém, uma nota positiva ao prever que os portugueses poderão ir de férias no verão.

António Costa elogiou várias vezes o comportamento dos portugueses que, com raras exceções, têm seguido os conselhos das autoridades de saúde e as medidas restritivas impostas no contexto da pandemia. As dúvidas sobre o momento em que é possível começar a eliminar algumas restrições ainda são muitas, mas é certo que será um processo "gradual e progressivo". Os grupos de risco, por exemplo, poderão ter de ficar em casa mais tempo e poderá haver regiões com medidas mais restritivas do que outras. "Temos vindo a diminuir o risco de expansão da pandemia, mas ainda não chegámos à fase de declínio da pandemia. É prematuro tomarmos uma decisão e os cientistas não são ainda capazes de antecipar com suficiente precisão quando é que lá chegaremos. Será no final deste mês? Será em meados do próximo mês? Será no final? Não sabem dizer", afirmou, nesta entrevista, o primeiro-ministro.

Certo é que o estado de emergência vai ser renovado no final desta semana até ao início do mês de maio. O Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, já disse que durante o mês de abril "não podemos afrouxar nem baixar a guarda".

António Costa admitiu que as restrições relacionadas com os direitos dos trabalhadores poderão ser eliminadas, mas "relativamente às limitações à circulação e ao conjunto do funcionamento das atividades" não deverá existir qualquer alteração.

O primeiro-ministro admitiu que as pessoas "começam a estar cansadas" das restrições impostas pela pandemia, mas frisou que "não podemos desistir".

FÉRIAS DE VERÃO Apesar de ter sido cauteloso sobre o melhor momento para começar a reduzir as restrições, António Costa admitiu que os portugueses poderão ir de férias no verão e aconselhou a que o fizessem sem sair do país. "Esperem mais umas semanas, mas não deixem de pensar nas férias de verão", disse o primeiro-ministro, convicto de que "até ao verão a situação estará suficientemente controlada para podermos ter as férias e para as podermos gozar o melhor possível". Recorde-se que no domingo a presidente da Comissão Europeia aconselhou a "esperar antes de fazer planos" para as férias.

> Estado de emergência será renovado na sexta-feira com restrições à circulação

> Governo não arrisca definir uma data para que as pessoas possam sair de casa

LEVANTAMENTO DE RESTRIÇÕES O Governo ouviu durante o dia de ontem economistas e académicos para preparar o relançamento da atividade económica. No final da reunião, o ministro Pedro Siza Vieira admitiu que "daqui a algumas semanas" começará a ser "equacionado o levantamento destas restrições" e nessa altura terão de existir condições para reforçar as medidas de proteção individual como a utilização de máscaras no espaço público. "Importa assegurar que existe o abastecimento suficiente desses tipo de equipamentos", disse o ministro de Estado, da Economia e da Transição Digital.

A hipótese de o Governo distribuir máscaras ou luvas nas ruas, como está a acontecer noutros países europeus, não está, para já, em cima da mesa.

A preocupação do Governo passa por criar condições para que exista material de proteção disponível para todas as pessoas que vieram a necessitar quando as medidas restritivas começarem a abrandar.

CISION

ID: 85980277

15-04-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 5
Cores: Cor
Área: 13,75 x 16,39 cm²
Corte: 1 de 1

Vital Moreira diz que é fácil prever que "vamos ver novamente o PCP e o Bloco de Esquerda na oposição"

Constitucionalista diz que é uma "ilusão" pensar que BE e PCP vão apoiar o Governo em tempos de crise.

Vital Moreira, ex-eurodeputado do PS, está convencido de que o Governo socialista não vai poder contar com o Bloco de Esquerda e o PCP para enfrentar a crise económica provocada pela pandemia. "Imaginar que se poderia contar com os dois partidos da 'esquerda da esquerda' para cooperar nessa tarefa seria uma ilusão irresponsável. Se há algum prognóstico político relativamente fácil, é o de que vamos ver novamente o PCP e o Bloco na oposição contra a 'nova política de austeridade'", escreve, no blogue Causa Nossa, o constitucionalista.

Vital Moreira considera que é uma ilusão pensar que os partidos à esquerda do PS podem continuar a alinhar com o Governo, porque para a extrema-esquerda "governar é aumentar a despesa, independentemente das conjunturas". O ex-deputado socialista defende que "a geringonça só foi possível porque o crescimento económico, a redução dos encargos da dívida pública e o corte no investimento público permitiram libertar muitos milhões de euros para "satisfazer as insaciáveis reivindicações orçamentais daqueles dois partidos", mas "infelizmente, com a pandemia, o eldorado orçamental acabou".

A tarefa de recuperar a economia e reequilibrar as contas públicas vai ser "dura e prolongada" e "imaginar" que se poderia contar com o Bloco e o PCP para "cooperar nessa tarefa seria uma ilusão irresponsável", escreve o ex-eurodeputado.

> "É evidente que para a extrema-esquerda governar é aumentar a despesa"
>
> Catarina e Jerónimo rejeitam austeridade na nova fase da vida política

VACAS GORDAS António Costa afirmou recentemente que "ficaria muito desiludido se tivéssemos de chegar à conclusão que só podemos contar com o PCP e com o Bloco de Esquerda em momentos de vacas gordas e em que a economia está a crescer".

O Bloco de Esquerda respondeu com a garantia que está disponível para um compromisso, mas rejeitou o regresso à austeridade. "O Bloco aqui está, para construir soluções. Com uma certeza: não aceitámos a austeridade em 2011, não a aceitaremos em 2021", afirmou a coordenadora dos bloquistas, Catarina Martins.

Jerónimo de Sousa, secretário-geral do PCP, também defendeu, nesta segunda-feira que o caminho a seguir só pode passar por "defender e valorizar os salários, as pensões e os direitos, para criar emprego e assegurar o desenvolvimento". *Luís Claro*

CISION
ID: 85981209
Jornal de Notícias
15-04-2020
Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral
Pág: 41
Cores: Cor
Área: 25,50 x 30,00 cm²
Corte: 1 de 2

IGUEL A. LOPES/LUSA

Belenenses SAD é, para já, o único representante do escalão principal que já anunciou ter recorrido ao lay-off

Lay-off nos clubes pode custar 700 mil ao Estado

Belenenses SAD, Chaves, Leixões, Covilhã, Penafiel e Oliveirense vão recorrer ao regime de proteção de postos de trabalho e passar uma fatura avultada em salários à Segurança Social

Nuno A. Amaral
nuno.a.amaral@jn.pt

CRISE São seis as equipas da Liga e da LigaPro que já avançaram ou estão em vias de avançar para o lay-off dos plantéis profissionais, aproveitando o facto de o decreto aprovado pelo Governo português no âmbito da pandemia de Covid-19 incluir as sociedades anónimas desportivas no novo regime simplificado de proteção de postos de trabalho. Belenenses SAD, no escalão principal, Chaves, Leixões, Covilhã, Penafiel e Oliveirense, na divisão secundária, são os emblemas em causa e, caso a situação se arraste durante três meses, o máximo permitido por lei, irão passar ao Estado, via Segurança Social, uma fatura de quase 700 mil euros em salários de jogadores.

Vamos às contas. Os seis clubes mencionados têm nos respetivos plantéis principais 171 futebolistas (34 no Belenenses SAD, 28 no Chaves, 29 no Leixões, 26 no Covilhã, 27 no Penafiel e 27 na Oliveirense), cuja massa salarial bruta individual supera, em média, os 3000 euros mensais.

Segundo as regras do lay-off, este valor significa que os jogadores vão receber o máximo líquido de dois terços permitido por lei (1905 euros, correspondente a três salários mínimos nacionais), o que equivale a uma despesa total de 326 mil euros por mês e, no limite, de 978 mil euros em três meses. Como a Segurança Social fica encarregada de 70% do valor dos salários a pagar aos trabalhadores em lay-off, chega-se à conclusão de que o Estado pode mesmo vir a ter de pagar 685 mil euros aos jogadores, um valor que subirá se também lhe juntarmos o que será preciso entregar a treinadores e restantes funcionários dos clubes.

Ao que o JN apurou, o Leixões gasta, em média, 100 mil euros líquidos por mês com o plantel principal, tal como o Chaves. No Penafiel e na Oliveirense, a fatura mensal em salários dos jogadores é de 55 mil euros. Para terem acesso ao regime de lay-off, os clubes têm de provar ao Estado que perderam no mínimo 40% das receitas nos 30 dias anteriores ao pedido e alegar o encerramento total ou parcial da atividade.

Se este fator é fácil de constatar, já que as equipas não estão a treinar e a jogar há um mês, o primeiro pode ser mais complicado de comprovar, até porque quase todos os clubes dos escalões profissionais têm como principal fonte de receitas os contratos de transmissão televisiva dos jogos e os operadores já lhes pagaram a fatura relativa ao mês de março.

FUNDO

Mais sete mil euros da FPF para os clubes não profissionais

Os clubes das competições não profissionais vão ter um reforço de mais de sete mil euros no fundo de apoio da FPF, graças à ajuda dos jogadores da seleção, que abdicaram de metade dos prémios a que tinham direito pela presença no Europeu. O valor máximo de ajuda por cada equipa do Campeonato de Portugal passa para 35 mil euros, metade a pagar em maio e outra metade em junho. Para poderem utilizar este fundo, estes clubes têm de provar a inexistência de salários em atraso até ao passado mês de fevereiro.

À MARGEM

Casos em Espanha e em Inglaterra

O lay-off nos clubes também está previsto em Espanha, onde seis equipas, incluindo o Barcelona, aderiram ao ERTE (expediente de regulação temporária de emprego), e em Inglaterra, onde o Tottenham adotou o regime para funcionários, excluindo os jogadores.

Praiense assume salários em atraso

O presidente do Praiense, do Campeonato de Portugal, admitiu que há pagamentos por regularizar no clube, depois de vários jogadores terem alegado salários em atraso. "A situação não é catastrófica e será resolvida em breve", disse Marco Monteiro.

CISION

ID: 85981209

Jornal de Notícias

15-04-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 1
Cores: Cor
Área: 6,05 x 2,12 cm²
Corte: 2 de 2

jn.pt Diário. Ano 132. N.º 319. Preço: 1,20€ Quarta-feira 15 de abril de 2020 Diretor Domingos de Andrade / Diretores-adjuntos Inês Cardoso, Manuel Molinos e Pedro Ivo Carvalho / Diretor de Arte Pedro Pimentel

JN
Jornal de Notícias

Piratas roubam 20 anos de informação ao grupo EDP

Ameaçam divulgar passwords, dados de clientes e negócios P. 25

Solidariedade Leitores JN ajudam crianças e dão computadores P. 30

Ana, 14 anos, passa a acompanhar aulas à distância

TAP Costa segue ministros e admite nacionalizar P. 23

Maia Usou o carro para assassinar amigo após discussão P. 26

Casa da Música celebra pela net 15 anos de serviço público P. 35

Lay-off em seis clubes de futebol pode custar 700 mil ao Estado P. 41

PANDEMIA JÁ MATOU QUASE DUAS CENTENAS DE IDOSOS NOS LARES

Polémica Marta Temido denuncia descuidos na prevenção. Dirigentes dizem ser "criminoso" devolver utentes infetados às instituições **Norte** Peso da indústria e densidade populacional explicam números mais altos **Escolas** Governo aposta na tecnologia para garantir o próximo ano letivo **Cadeias** Força Aérea transporta presos libertados de regresso aos Açores P. 4 a 22

LEONARDO NEGRÃO/GLOBAL IMAGENS

JOVENS E MULHERES COM FILHOS LIDAM PIOR COM ISOLAMENTO

Dificuldade em conciliar trabalho e educação entre os problemas comuns

BALANÇO 567 MORTOS 17 448 INFETADOS 347 CURADOS

PUBLICIDADE

MANTENHA-SE INFORMADO SEM SAIR DE CASA.
CONTACTOS NO INTERIOR

[revistas + suplementos] [jornal] [digital]

NESTES DIAS, LEVAMOS-LHE AS NOTÍCIAS À PORTA!
ASSINE O JORNAL DE NOTÍCIAS

CISION
ID: 85980770
Jornal de Notícias
15-04-2020
Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral
Pág: 23
Cores: Cor
Área: 25,50 x 30,00 cm²
Corte: 1 de 2

O Estado detém 50% das ações da TAP, desde 2016, embora não seja responsável pela gestão diária da empresa

NACIONAL

Nacionalizar a TAP é recurso que "não podemos excluir"

Primeiro-ministro deu cobertura ao que outros ministros já tinham defendido. Acionista Humberto Pedrosa não acredita nessa solução

Diogo Ferreira Nunes
diogofnunes@dinheirovivo.pt

AVIAÇÃO Depois dos ministros da Economia e das Finanças, o primeiro-ministro também não afasta a hipótese de nacionalizar a TAP. O cenário foi assumido ontem por António Costa em entrevista a uma rádio, tendo assinalado que nenhuma companhia aérea está em condições para realizar novos investimentos. Um dos maiores acionistas, Humberto Pedrosa, comentando a posição do Governo, disse não acreditar que isso vá acontecer. À TVI24 contrapôs: "A gestão privada valorizou a TAP".

"Não há nenhuma razão para excluir qualquer instrumento de ação pública que venha a ser necessário. Sobre a TAP, sabemos que o setor da aviação civil sofre uma situação devastadora. Não podemos excluir a necessidade de nacionalizar a TAP ou outra empresa fundamental para o país. Não podemos deixar agravar a crise económica", destacou o primeiro-ministro.

O chefe de Governo recordou que vários acionistas privados da TAP "tinham manifestado posição de alienar" as respetivas participações. De facto, em fevereiro, a companhia aérea alemã Lufthansa e a norte-americana United Airlines estavam a ponderar entrar no capital da empresa portuguesa, comprando a parte do acionista David Neeleman. Só que, por causa dos efeitos do novo coronavírus, "não há nenhuma companhia aérea que esteja a pensar em novos investimentos".

IMPORTÂNCIA DA EMPRESA

A posição do primeiro-ministro surge na linha do que já o ministro da Economia, Pedro Siza Vieira, tinha dito no dia 31 de março, ao sustentar que "o Estado não deixará de usar todos os poderes ao seu dispor para salvaguardar a posição estratégica da TAP na comunidade portuguesa". Ontem à noite, o ministro das Finanças, Mário Centeno, disse que a nacionalização é uma das "muitas formas de intervir" na TAP.

Na mesma entrevista, António Costa salientou o papel da TAP nas últimas semanas, seja na montagem de operações de repatriamento de portugueses que estavam no estrangeiro, seja no transporte de material médico para reforçar o tratamento aos infetados pelo novo coronavírus.

Atualmente, e até 4 de maio, a operação comercial da TAP está reduzida a cinco voos por semana: dois voos semanais para o Funchal, dois voos por semana para Ponta Delgada e um voo semanal para a ilha Terceira.

Desde 2016 que o Estado detém 50% das ações da TAP, embora não seja responsável pela gestão diária da empresa, o que tem gerado episódios de crispação com os privados, representados pelo consórcio Atlantic Gateway (David Neeleman e Humberto Pedrosa).

PROBLEMAS

Resultados negativos
O Grupo TAP registou prejuízos de 105,6 milhões de euros em 2019, uma melhoria de 12,4 milhões de euros face às perdas de 118 milhões registadas em 2018 pela companhia aérea.

Prémios polémicos
O principal acionista da TAP, David Neeleman, disse em fevereiro que a empresa ia continuar a pagar prémios de desempenho, considerando que são "a forma mais eficiente" para gerir quadros, como fizera no ano anterior, com prejuízos de 100 milhões. O ministro das Infraestruturas, Nuno Santos, respondeu que já tinha sido dito à TAP que o Governo não iria permitir os prémios.

António Costa
Primeiro-ministro

"Já havia vontade de alguns acionistas de alienar as suas posições, e a TAP é uma empresa absolutamente estratégica para o país"

Mário Centeno
Ministro das Finanças

"Sobre a TAP, por exemplo, tem desafios únicos. Há muitas formas de intervir, mas essa [a nacionalização] também é uma delas"

Siza Vieira
Ministro da Economia

"O Estado não deixará de usar todos os poderes ao seu dispor para salvaguardar a posição estratégica da TAP na comunidade portuguesa"

CISION

ID: 85980770

Jornal de Notícias

15-04-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 1
Cores: Cor
Área: 5,33 x 2,12 cm²
Corte: 2 de 2

jn.pt Diário. Ano 132. N.º 319. Preço: 1,20€ Quarta-feira 15 de abril de 2020 Diretor Domingos de Andrade / Diretores-adjuntos Inês Cardoso, Manuel Molinos e Pedro Ivo Carvalho / Diretor de Arte Pedro Pimentel

JN
Jornal de Notícias

Piratas roubam 20 anos de informação ao grupo EDP

Ameaçam divulgar passwords, dados de clientes e negócios P. 25

Solidariedade
Leitores JN ajudam crianças e dão computadores P. 30

Ana, 14 anos, passa a acompanhar aulas à distância

TAP Costa segue ministros e admite nacionalizar P. 23

Maia Usou o carro para assassinar amigo após discussão P. 26

Casa da Música celebra pela net 15 anos de serviço público P. 35

Lay-off em seis clubes de futebol pode custar 700 mil ao Estado P. 41

PANDEMIA JÁ MATOU QUASE DUAS CENTENAS DE IDOSOS NOS LARES

Polémica Marta Temido denuncia descuidos na prevenção. Dirigentes dizem ser "criminoso" devolver utentes infetados às instituições **Norte** Peso da indústria e densidade populacional explicam números mais altos **Escolas** Governo aposta na tecnologia para garantir o próximo ano letivo **Cadeias** Força Aérea transporta presos libertados de regresso aos Açores P. 4 a 22

LEONARDO NEGRÃO/GLOBAL IMAGENS

JOVENS E MULHERES COM FILHOS LIDAM PIOR COM ISOLAMENTO

Dificuldade em conciliar trabalho e educação entre os problemas comuns

BALANÇO 567 MORTOS 17 448 INFETADOS 347 CURADOS

PUBLICIDADE

MANTENHA-SE INFORMADO SEM SAIR DE CASA.
CONTACTOS NO INTERIOR

[revistas + suplementos] [jornal] [digital]

NESTES DIAS, LEVAMOS-LHE AS NOTÍCIAS À PORTA!
ASSINE O JORNAL DE NOTÍCIAS

CISION

Jornal de Notícias

ID: 85980492

15-04-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 10
Cores: Cor
Área: 25,50 x 30,00 cm²
Corte: 1 de 3

Acesso digital garante resposta caso aulas continuem à distância

Costa compromete-se com equipamentos para todos e admite que país tem de estar preparado para não ter de "improvisar"

*Ana Gaspar**
agaspar@jn.pt

ANO LETIVO O primeiro-ministro voltou a assegurar que o Governo vai disponibilizar equipamentos e ligação à Internet a todos os alunos do Básico e Secundário no próximo ano letivo e não afastou a hipótese de ser necessário voltar às aulas não presenciais em setembro.

Em entrevista ao Observador, António Costa revelou que o Executivo está a "trabalhar com a indústria, editores, produtores de conteúdos pedagógicos e agentes comerciais, de forma a garantir o número de equipamentos suficientes". E com as operadoras "para assegurar um reforço na cobertura do espaço escolar e das zonas de residência", para haver uma "cobertura mais robusta".

Ontem, arrancaram as aulas não presencias do terceiro período e o governante admitiu que esta solução pode ter de continuar no próximo ano letivo. "Temos de estar preparados para uma situação como esta, que decorra de uma forma mais prolongada, e não ter que improvisar", como o que aconteceu nas últimas semanas.

"Fixámos o objetivo de no próximo ano letivo assegurarmos a universalidade do acesso às ferramentas digitais"

António Costa *Primeiro-ministro*

ANTECIPAR PROMESSA

"Não podemos estar um ano letivo inteiro fechados em casa. Mas temos também de ter melhores ferramentas para poder prosseguir as nossas atividades à distância", disse. Costa lembrou que o acesso às ferramentas digitais por parte de todos os alunos era um objetivo do programa do Governo, para ser concretizado ao longo da legislatura, mas teve de ser acelerado para minimizar as assimetrias no acesso à educação.

Sobre as aulas para os alunos que vão a exame (11.º e 12.º anos) – cujo calendário foi revelado ontem –, o governante voltou a apontar o dia 4 de maio. "Quanto mais cedo começarmos, mais cedo conseguimos recuperar o número de semanas em que não tivemos aulas presenciais".

António Costa não especificou qual o tipo de equipamentos que pretende entregar. Mas é possível que haja diferenciação entre os vários ciclos de estudos. O JN perguntou ao Ministério da Educação sobre os contactos em curso, mas não obteve resposta em tempo útil.

Das três operadoras, apenas a Vodafone Portugal confirmou terem existido contactos com o Governo, não tendo havido "nenhuma decisão sobre a extensão ou conteúdo da participação" da empresa, "disponível para ajudar, dentro da sua área de competência".

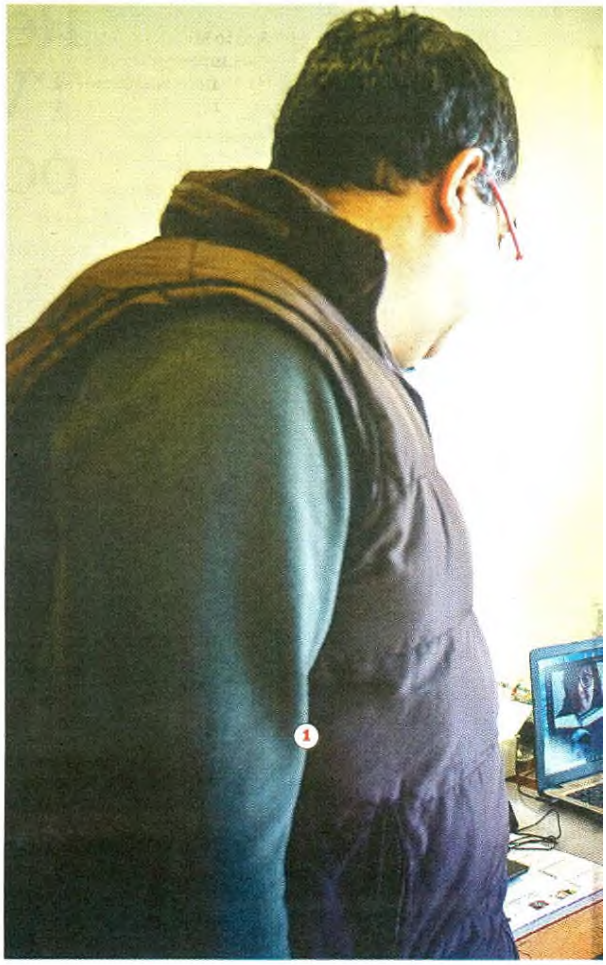
A Porto Editora, que não foi contactada pela tutela, sublinhou, ao JN, que "seja qual for o equipamento escolhido, a Escola Virtual está acessível a todos". Fonte da empresa explicou que "neste momento a plataforma tem 800 mil utilizadores diários e que todos os manuais escolares estão em formato digital.

* COM JOÃO VASCONCELOS E SOUSA

REGRESSO

Escolas primárias da Dinamarca reabrem hoje

Ainda com a pandemia longe de estar debelada, alguns países europeus planeiam começar a reabrir as escolas. O primeiro é a Dinamarca, cujos jardins de infância e escolas primárias retomam hoje a atividade – a 10 de maio é a vez das secundárias. Segue-se a Noruega, que irá reabrir os infantários no dia 20 de abril e as escolas e universidades a 27. No dia 11 de maio será a França a iniciar um regresso gradual.



REPORTAGENS

"Enervei-me com tudo. Preferia estar na escola"

Laura Mendes Aprende na plataforma da Microsoft e tem aula de 20 minutos

Ana Peixoto Fernandes
sociedade@jn.pt

O primeiro dia de aulas do 3.º período começou cedo para Laura Mendes, de nove anos. A mãe chamou-a por volta das 8 horas e a aluna do 3.º ano preparou-se como se tivesse que sair de casa em Mentrestido, Vila Nova de Cerveira, para ir à escola. "Depois de acordar, tomei banho, vesti-me e fui tomar o pequeno-almoço. Liguei a televisão para ver uns bonecos num canal que a minha irmã gosta e depois vim para baixo (escritório) estudar. A minha rotina começa às nove e tenho de me habituar", conta a menina, filha de Sérgio Mendes e Ilda Silva, que têm uma outra filha de 17 meses, Caetana.

A nova realidade do estudo e de

CISION

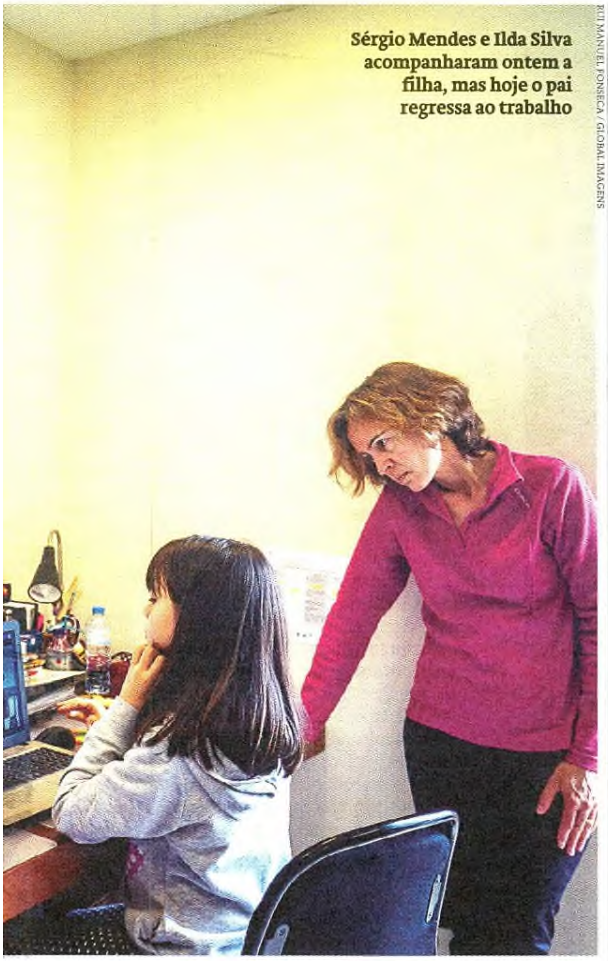
ID: 85980492

Jornal de Notícias

15-04-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 11
Cores: Cor
Área: 25,50 x 30,00 cm²
Corte: 2 de 3



Sérgio Mendes e Ilda Silva acompanharam ontem a filha, mas hoje o pai regressa ao trabalho

RUI MANUEL FONSECA / GLOBAL IMAGENS

aulas no domicílio, através do computador na plataforma Teams da Microsoft, deixou Laura nervosa. "De manhã é para fazer os trabalhos e de tarde é com a professora. Só acabei agora (perto da hora da aula) o trabalho de Português e Estudo do Meio. Tive a minha mãe e o meu pai a acompanhar e até fiquei um bocado enervada", desabafou. "Foi a primeira vez e eu não estou habituada. Enervei-me com tudo. Preferia estar na escola, no meu lugar, a tirar dúvidas com a professora".

Na primeira aula do grupo A (Laura pertence ao grupo C, mas fez uma troca pontual porque tinha uma consulta) com a professora Cristina, parte do tempo foi ocupado a organizar a "sala de aula virtual". Os 25 alunos foram divididos em grupos mais pequenos para facilitar o trabalho de cerca de 20 minutos com a professora.

"Estão a olhar para o monitor? Toda a gente tem rato? Veem um relógio? Depois tem uma câmara e um microfone, sim, e um ecrã com uma setinha...(pausa). Já vos vou explicar. Agora vou só atender o telefone a uma mãe, porque hoje é um dia especial", dizia a docente, atendendo: "Estou, mãe. Não está a conseguir entrar?".

Acertada a comunicação, professora e alunos passaram à matéria do dia: o conto "João Pateta" de Guerra Junqueiro (Contos para a Infância). "Fizeram a ficha de Português que vos pedi? Abram o caderno com as respostas. Eu vou projetá-la e fazer-vos umas perguntas. "Laura, o que é um pateta?", começou a docente. E a aluna respondeu: "É uma pessoa engraçada e brincalhona".

Ontem, os pais de Laura estavam os dois em casa, mas hoje já não será assim. Sérgio, diretor comercial numa empresa, vai regressar ao trabalho. A mãe, Ilda Silva, contabilista, é que está de licença para tomar conta das duas filhas. "É complicado. Tenho a bebé e a Laura precisa de acompanhamento. Não posso deixá-la sozinha. Ela ainda não manobra o computador e os programas. Este primeiro dia foi de muita ansiedade e ela estava muito agitada, mas conseguiu-se", comentou Ilda, concluindo: "Nestas circunstâncias é a melhor solução. Não ponho isso em causa, porque não queria que a minha filha fosse para a escola".

JP Sá Couto pronta a produzir novos "Magalhães"

Empresa que há 12 anos avançou com projeto está disponível para criar outros equipamentos

*Ana Gaspar**
agaspar@jn.pt

TECNOLOGIA A JP Sá Couto, responsável pelo lançamento há 12 anos do computador portátil "Magalhães", para alunos do 1.º Ciclo, está disponível para produzir novos equipamentos que satisfaçam a intenção do Governo de assegurar a universalidade das ferramentas digitais a todos os alunos no próximo ano letivo.

João Paulo Sá Couto, administrador da empresa, adiantou ao JN que, embora ainda não tenham sido contactados pela tutela, têm disponibilidade para produzir novos equipamentos para alunos do primeiro ciclo e também do segundo.

"O Governo, se necessitar, poderá contar com a toda colaboração e 'know how' [saber fazer] adquirido ao logo destes 12 anos", disse, acrescentando que a empresa está preparada para responder "à solução ideal" do Executivo "para este passo no ensino à distância".

Para isso, a JP Sá Couto estabeleceu contactos com empresas de telecomunicações para poder oferecer melhores dispositivos para conteúdos educativos. "O Ministério da Educação pode estar a contactar as operadoras inicialmente, porque este ensino à distância, obrigatoriamente, terá que ter ligação à Internet".

Na última década, a JP Sá Couto apostou na internacionalização com projetos tecnológicos na área da educação, através da unidade de negócio JP IK, em países como o Quénia, Bolívia, Uruguai e Argentina, tendo capacitado "mais de 300 mil professores" e chegado a "16 milhões de alunos".

Os equipamentos que produz são essencialmente destinados aos primeiros anos de escolaridade. São mais resistentes e têm capacidade de autonomia (bateria) suficiente para um dia de aulas. A produção pode estender-se até aos equipamentos para o 2.º Ciclo, (5.º e 6.º ano), frisou. O sistema operativo ficaria a cargo de parceiros como a Microsoft que também já tinha participado no "Magalhães", bem como a Intel. A empresa foi responsável pelo programa "e-escolas", (2007/2008) para o 3.º Ciclo, no qual foram distribuídos "mais de um milhão de computadores, de várias marcas. E pelo "e-escolinhas" que se popularizou como "Magalhães". Foram entregues "650 a 700 mil" equipamentos.

*COM ALEXANDRA INÁCIO

YouTube com cinco canais para alunos

Parceria permite que professores interessados gravem e divulguem aulas a todos os alunos

O YouTube associou-se à iniciativa #EstudoEmCasa e disponibilizou na sua plataforma cinco canais com aulas para alunos do Pré-Escolar ao Ensino Secundário.

Será um canal para cada ciclo de escolaridade e, além dos conteúdos disponibilizados pela televisão, vão agregar aulas gravadas pelos professores, revelou o Ministério da Educação.

O projeto resulta de uma parceria entre a empresa, a tutela e a Thumb Media (que produz conteúdos digitais). Os professores interessados em participar no projeto terão formação online nos dias 16 e 17 de abril. Os conteúdos serão validados pela Direção-Geral de Educação.

Calendário dos exames do Secundário

Este ano, alunos vão poder fazer apenas os exames exigidos pelos cursos a que querem concorrer.

- 6 jul — 12.º ano: Português; Português Língua Segunda; PLNM
- 7 jul — 11.º ano: Espanhol, Francês
- 8 jul — 11.º ano: Filosofia
- 9 jul — 11.º ano: Física e Química A; Latim A
- 10 jul — 11.º ano: História B; 12.º ano: História A
- 13 jul — 11.º ano: Geografia A
- 14 jul — 11.º ano: História da Cultura e das Artes
- 15 jul — 11.º ano: Matemática B; Matemática Aplicada às Ciências Sociais; 12.º ano: Matemática A
- 16 jul — 12.º ano: Desenho A
- 17 jul — 11.º ano: Biologia e Geologia
- 20jul — 11.º ano: Economia A; Alemão
- 21 jul — 11.º ano: Inglês
- 22 jul — 11.º ano: Geometria Descritiva A
- 23 jul — 11.º ano: Literatura Portuguesa

CISION

ID: 85980492

Jornal de Notícias

15-04-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 1
Cores: Cor
Área: 17,05 x 1,45 cm²
Corte: 3 de 3

jn.pt Diário. Ano 132. N.º 319. Preço: 1,20€ Quarta-feira 15 de abril de 2020 Diretor Domingos de Andrade / Diretores-adjuntos Inês Cardoso, Manuel Molinos e Pedro Ivo Carvalho / Diretor de Arte Pedro Pimentel

JN
Jornal de Notícias

Piratas roubam 20 anos de informação ao grupo EDP

Ameaçam divulgar passwords, dados de clientes e negócios P. 25

Solidariedade Leitores JN ajudam crianças e dão computadores P. 30

Ana, 14 anos, passa a acompanhar aulas à distância

TAP Costa segue ministros e admite nacionalizar P. 23

Maia Usou o carro para assassinar amigo após discussão P. 26

Casa da Música celebra pela net 15 anos de serviço público P. 35

Lay-off em seis clubes de futebol pode custar 700 mil ao Estado P. 41

PANDEMIA JÁ MATOU QUASE DUAS CENTENAS DE IDOSOS NOS LARES

Polémica Marta Temido denuncia descuidos na prevenção. Dirigentes dizem ser "criminoso" devolver utentes infetados às instituições **Norte** Peso da indústria e densidade populacional explicam números mais altos **Escolas** Governo aposta na tecnologia para garantir o próximo ano letivo **Cadeias** Força Aérea transporta presos libertados de regresso aos Açores P. 4 a 22

LEONARDO NEGRÃO/GLOBAL IMAGENS

JOVENS E MULHERES COM FILHOS LIDAM PIOR COM ISOLAMENTO

Dificuldade em conciliar trabalho e educação entre os problemas comuns

BALANÇO 567 MORTOS 17 448 INFETADOS 347 CURADOS

PUBLICIDADE

MANTENHA-SE INFORMADO SEM SAIR DE CASA.
CONTACTOS NO INTERIOR

NESTES DIAS, LEVAMOS-LHE AS NOTÍCIAS À PORTA!
ASSINE O JORNAL DE NOTÍCIAS

CISION
ID: 85980318
CORREIO da manhã
15-04-2020
Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral
Pág: 10
Cores: Cor
Área: 25,70 x 27,84 cm²
Corte: 1 de 2

Costa prepara regresso ao trabalho já em maio

IMPACTO ECONÓMICO

OPINIÕES Primeiro-ministro ouviu economistas e quer perceber sentimento de patrões, UGT e CGTP. Marcelo também recebe cotadas e microempresários **CENTENO** Prepara novas previsões

António Costa e Siza Vieira passaram a tarde a ouvir economistas sobre o retomar da atividade

Governo arrisca não ter meios para subir salários no Estado

O primeiro-ministro reconheceu ontem que "pode não haver condições" para pagar os prometidos aumentos à Função Pública em 2021, com os quais o Governo já se tinha comprometido. "O mix das políticas que nós teremos de adotar é algo que está em aberto" disse António Costa ao 'Observador'.

PEDRO CATARINO

Governo já se tinha comprometido que subiria salários em 2021

Costa prepara regresso ao trabalho já em maio

MIGUEL ALEXANDRE GANHÃO

Governo e Presidente da República querem que o País regresse, progressivamente, ao trabalho no início de maio. Isso mesmo foi dado a entender pelo ministro da Economia, Siza Vieira, no final de um tele-encontro entre o primeiro-ministro e economistas.

Siza Vieira traçou um plano a que chamou "estratégia de transição" e que passa, em primeiro lugar, por proteger a saúde das pessoas e garantir um regresso da confiança. "Daqui a umas semanas, quando abrirmos progressivamente a economia, a disciplina mostrada até ao momento pelos portugueses tem de continuar", afirmou o ministro, acrescentando que essa disciplina tem de ser concretizada "na proteção individual" e na "proteção dos espaços públicos". O governante referiu que, depois do encontro com os economistas, seguir-se-á uma reunião com os patrões e os sindicatos que permita traçar medidas mais concretas para a "transição".

Também Marcelo Rebelo de Sousa começa hoje a ouvir os presidentes das empresas cotadas e responsáveis das pequenas e microempresas, para saber quais os desafios que se vão colocar no 2º semestre do ano.

Siza Vieira falou em três momentos distintos de combate à pandemia: o 1º foi a decisão do Governo de "tomar muito cedo" medidas de confinamento; o 2º é o que estamos a atravessar; o 3º será o conjunto de medidas diferenciadas de apoio à retoma. "Ganhámos tempo graças à disciplina dos portugueses e o SNS conseguiu responder", disse,

ESTUDO DIZ QUE ESTA CRISE É "DESIGUAL" POR AFETAR OS "MAIS POBRES"

acrescentando que um dos segredos foi "a flexibilidade das empresas e a competência da mão de obra, que permitiram a muitas fábricas alterar processos produtivos".

Quanto às previsões do FMI, que dão para Portugal uma contração do Produto Interno Bruto (PIB) de 8% no final de 2020 (a 2ª maior queda na UE, só passada pela Itália com 9,1%), o ministro da Economia disse que as previsões estão de acordo com as expectativas do ministro das Finanças. Mário Centeno afirmou que, por cada 30 dias que a economia está parada, desaparece 6,5% do PIB. Siza Vieira concorda com Centeno e adianta que 66 mil empresas já enviaram trabalhadores para o novo regime de layoff.

Um estudo da Católica, divulgado ontem, mostra que nas famílias que ganham até mil euros 43% registaram quebra de rendimentos desde que a Covid-19 colocou o País de quarentena. O estudo, apresentado por Ricardo Reis (um dos economistas ouvidos por Costa), revela ainda que, entre os que recebem entre mil e 2500 € mensais este problema afetou 32,6%. O docente da Católica classifica a crise como "desigual" por "afetar as camadas mais pobres".

Entretanto, para adaptar as contas públicas a este novo cenário, Mário Centeno deverá apresentar as novas perspetivas económicas para este ano ao mesmo tempo que apresenta a Bruxelas o Plano de Estabilidade. O **CM** sabe que as novas previsões devem ser divulgadas na próxima semana.

NOTÍCIA EXCLUSIVA
DA EDIÇÃO EM PAPEL
CORREIO da manhã

CISION

ID: 85980318

CORREIO da manhã

15-04-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 1
Cores: Cor
Área: 3,98 x 2,34 cm²
Corte: 2 de 2

QUARTA-FEIRA 15/04/2020 | DIÁRIO | € 1,20 (C/IVA)

www.cmjornal.pt

CORREIO da manhã

DIRETOR-GERAL EDITORIAL: OCTÁVIO RIBEIRO
DIR.-GERAIS EDIT. ADJS: ARMANDO ESTEVES PEREIRA E ALFREDO LEITE
DIRETOR-EXECUTIVO: CARLOS RODRIGUES DIR.-ADJUNTOS: JOSÉ CARLOS CASTRO E PAULO JOÃO SANTOS

MINISTRA OUVIDA NA AR

ATRASO NO APOIO DESESPERA MEDIA

P.43

RELATÓRIO REVELA

CRIANÇAS E IDOSOS ALVO DE MAIS CRIMES

P.32

ESPECIAL DE 28 PÁGINAS: TUDO SOBRE A PANDEMIA P.4 A 31 E 35

TELESCOLA COM EQUIPA DO PREÇO CERTO

RTP CONTRATA PRODUTORA EXTERNA PARA ENSINO À DISTÂNCIA

MILHARES DE ALUNOS SEM COMPUTADOR E SEM ACESSO À NET IMPEDIDOS DE ACOMPANHAR AS AULAS

PERDÃO JÁ LIBERTOU MAIS DE MIL PRESOS

RECLUSO NOTIFICADO POR ENGANO PARA SAIR JÁ TINHA CHAMADO O UBER

GOVERNO PREPARA REGRESSO DAS FIRMAS AO TRABALHO

567 MORTOS
17 448 INFETADOS
347 CURADOS

INDÚSTRIA TÊXTIL NACIONAL APOSTA NA MODA DA PROTEÇÃO PESSOAL

CRÉDITO A INQUILINOS PARA AS RENDAS COMEÇA HOJE

EMERGÊNCIA NA PÁSCOA REDUZ ACIDENTES MORTAIS NA ESTRADA

RESIDENTES EM LARES DE TERCEIRA IDADE REPRESENTAM UM TERÇO DO TOTAL DOS ÓBITOS PROVOCADOS PELO VÍRUS

CIENTISTA MORRE VÍTIMA DA COVID-19

DAVID CASPAR SANTOS

PUB

PINK FLOYD

CORREIO da manhã

11ª ENTREGA
5ª FEIRA, DIA 16
THE PIPER AT THE GATES OF DAWN
POR APENAS 9,99€

VIDAS

Jessica Athayde PASSA QUARENTENA COM DIOGO AMARAL

P.44 E 45

HACKERS P.33

Piratas ameaçam grandes empresas

POLÍTICA P.37

Partidos divididos sobre 25 de Abril

95,7 MILHÕES DE EUROS P.36

Portugueses guardam fortuna em escudos

DECISÃO P.39

NOVAS REGRAS DO FUTEBOL ADIADAS

PUB

CORREIO da manhã

FAST & FURIOUS

SÁBADO, DIA 18
POR APENAS
9,95€ + JORNAL

DOM'S DOGE CHARGER DAYTONA

CISION

ID: 85980313

CORREIO da manhã

15-04-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 10
Cores: Cor
Área: 8,31 x 3,74 cm²
Corte: 1 de 1

ISABEL CAMARINHA | **AUMENTOS**

A secretária-geral da CGTP, Isabel Camarinha, considera "inadmissível o primeiro-ministro estar agora a dizer que pode não haver a possibilidade de aumentar a função pública em 2021", como prometido, e avisou que "não irá tolerar uma nova austeridade".

CISION

ID: 85980924

CORREIO da manhã

15-04-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 37
Cores: Cor
Área: 4,78 x 16,51 cm²
Corte: 1 de 1

CGTP

JOÃO RODRIGUES

Isabel Camarinha lidera a CGTP

Primeiro de Maio sem desfile

Na iminência do prolongamento do estado de emergência para 1 de maio, a CGTP decidiu ontem cancelar o grande desfile que assinala o Dia do Trabalhador em Lisboa, entre o Martim Moniz e a Alameda. "Não há condições, tendo em conta a necessidade de distanciamento para realizarmos as grandes manifestações em todo o País", anunciou ontem a secretária-geral da intersindical, Isabel Camarinha. Ainda assim, a CGTP promete "assinalar a data com bancas e bandeiras em várias localidades", acrescentou. ● S.P.

CISION

ID: 85980592

15-04-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 32
Cores: Cor
Área: 18,02 x 31,50 cm²
Corte: 1 de 2

Setor diz que medidas anunciadas pelo Governo são "uma mão cheia de nada" DREAMSTIME

Restauração de Braga apresenta 7 medidas para salvar 1341 empregos

A União de Restaurantes de Braga de Apoio à Covid-19 já entregou o manifesto ao Governo e Presidente da República, entre outras entidades.

SÓNIA PERES PINTO
sonia.pinto@ionline.pt

O setor da restauração de Braga está preocupado com o impacto provocado pela pandemia de covid-19 no futuro dos seus negócios. Em causa estão 132 restaurantes que representam cerca de 1341 trabalhadores da região. Ao *i*, Albino Fernandes, um dos membros da União de Restaurantes de Braga de Apoio à Covid- 19, admite que se não houver alterações em relação às medidas anunciadas pelo Governo, "a maioria da restauração irá fechar portas, o que irá levar centenas de trabalhadores para o desemprego".

Para evitar esse cenário, foi feito um manifesto que já foi entregue a várias entidades, nomeadamente o Governo e o Presidente da República, lembrando que desde o dia 16 de março, altura em que foi decretado o horário zero por parte da autarquia – obrigando ao encerramento dos estabelecimentos –, a quebra de faturação foi de 100%, verificando-se já na semana anterior quebras superiores a 50%. "Uma situação que ainda hoje se mantém e que, infelizmente, segundo as previsões do Governo, ainda vai manter-se por, pelo menos, mais três meses".

Com vista a preservar os 1341 postos de trabalho, a União de Restaurantes de Braga de Apoio à Covid- 19 sugere ao Governo sete medidas para "salvar" o setor. Uma delas diz respeito ao *layoff*: é pedido ao Estado que pague diretamente ao trabalhador 100% do seu salário, contrariando o que está em cima da mesa. "O Estado obriga a empresa a pagar 66% e devolve (não sabendo quando) 70% desta parte, isto é, o Governo está a atirar areia para os nossos olhos. Este nosso pedido tem como base o princípio da igualdade, uma vez que a função pública recebe a 100%, ficando quietinha em casa, e maioritariamente com salários muito acima do setor privado", revela o manifesto, a que o *i* teve acesso.

Para justificar este pedido, os representantes do setor recorrem aos dados do INE, estimando que os serviços de restauração e similares (com 26,7%) e os serviços de alojamento (23,8%) sejam responsáveis por cerca de 50% do PIB gerado pelo turismo, ou seja, os serviços de restauração e similares representam cerca de 7,96 mil milhões de euros. "O norte de Portugal representa mais de 25% deste setor em Portugal, num valor estimado de contributo para o PIB de perto de 2 mil milhões de euros", refere o documento.

Outra crítica diz respeito às medidas aprovadas em relação aos sócios-gerentes. "O número de empresas [com um trabalhador e sócio-gerente] da restauração nestas circunstâncias é muito baixo, é inferior a 10% das empresas em Portugal. Também não se entende o valor de 60 mil euros de faturação, que representa uma faturação média de 10 pratos do dia (almoço e jantar) num restaurante. É muito baixa, ou seja, é uma medida com impacto insignificante para o setor". E acrescenta que "na restauração, mais do que em outras atividades, o sócio-gerente é um trabalhador ativo, muitas das vezes com os agregados familiares dependentes desta atividade".

MEDIDAS SUSPENSAS Mas os alertas não ficam por aqui. O manifesto pede ainda que sejam suspensas as contribuições para a Segurança Social e IRS até que termine o período de estado de emergência. "O Primeiro-Ministro admite propor a renovação do estado de emergência, prolongando-o pelo menos até ao dia 17 de maio, ou seja, a maior parte dos serviços de restauração estarão fechados mais de dois meses. Também se sabe que o período de retoma vai ser um período muito longo e a confiança dos clientes vai demorar muitos meses até que a situação esteja normalizada na sua totalidade. Durante praticamente estes dois meses, os restaurantes, com particulares exceções, terão receita zero". E os responsáveis deste setor lembram que no caso dos trabalhadores irem para o Fundo de Desemprego, isso terá custos elevados para a Segurança Social.

E nos primeiros seis meses após o atual estado de emergência, defendem que seja o Governo a comparticipar o apoio ao emprego com a criação de um estímulo em que o salário seja pago a 50% pela Segurança Social/IEFP, ou seja, deve ser mantido o *layoff* adaptado. "Em setembro, os restaurantes estarão a faturar 20% do habitual, com a agravante de a sua despesa ter aumentado em função das medidas que o Governo nos está a propor", referem.

Contudo, no final dos seis meses de apoio e pelo período de 18 meses seguintes, sugerem que se mantenha o apoio no pagamento dos colaboradores em função do percentual da quebra de faturarão correspondente ao período homólogo. "Uma quebra de 40% deve proporcionar uma ajuda de 40% no salário. Com esta medida existe um real apoio à manutenção do posto de trabalho".

Também o financiamento dado pela banca é alvo de críticas. E para estes responsáveis do setor de Braga, não há dúvidas: as taxas de juro deverão ser zero. "Não faz sentido ter um país onde os setores 'mais ricos', como a banca, se encontram a explorar os setores 'mais pobres', como a restauração", diz o mesmo manifesto, acrescentando que deve ser permitido a todas as empresas, incluindo as mais recentes, aceder ao crédito nas mesmas condições que as restantes, "mesmo que apresentem capitais próprios negativos e/ou situação líquida negativa".

A par destas medidas, os responsáveis defendem também a isenção total de taxas e impostos das faturas de água, luz e gás, assim como a suspensão sem penalização dos contratos de comunicações. E dão como exemplo os canais desportivos.

CISION

ID: 85980592

15-04-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 1
Cores: Cor
Área: 9,92 x 6,43 cm²
Corte: 2 de 2

1,50 € // Quarta-feira, 15 abril 2020 // Ano 10 // Diário // Número 3188 // Diretor: Mário Ramires
Dir. exec.: Vítor Rainho // Dir. exec. adjunto: José Cabrita Saraiva // Subdir. exec. : Marta F. Reis // Dir. de arte: Francisco Alves

inevitável

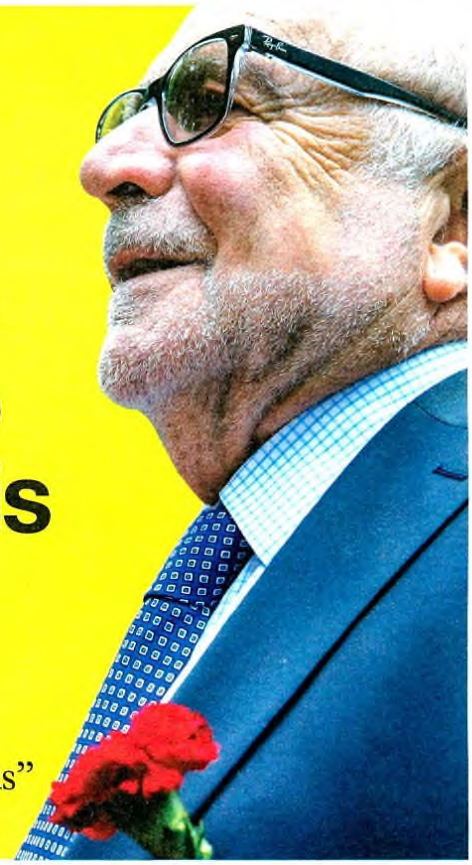
OBRIGADO POR MANTER A DISTÂNCIA DE SEGURANÇA

Coronavírus limita festejos do 25 de Abril na AR

"Os capitães de Abril, neste momento, são os profissionais de saúde"

A declaração é de Manuel Alegre, que acrescenta: "O 25 de Abril celebra-se, sobretudo, lutando contra o coronavírus"

// PÁGS. 6-7



Máfia italiana substitui o Estado e dá de comer aos pobres

"Este papel da máfia como providenciador de bens, segurança e governação é muito perigoso", diz Federico Varese, professor de Criminologia em Oxford // PÁGS. 22-23

Em Guangzhou, na China, há cartazes a proibir negros de entrarem em restaurantes

// McDonald's, na lista racista, mandou retirar proibição.
// Nigerianos acusados de terem quebrado quarentena e estado em contacto com mais de dois mil chineses
// Centenas de africanos foram expulsos dos hotéis e muitos dizem que não conseguem comprar comida // PÁG. 13

Restaurantes de Braga exigem que Governo pague 100% aos trabalhadores em layoff

Medidas para apoiar sócios-gerentes não se aplicam ao setor // Empresários querem financiamento da banca a juro zero // PÁG. 32

Laboratórios já fazem testes de imunidade pedidos por médicos

// PÁGS. 2-3

Medidas de distância social podem ser necessárias até 2022

// PÁG. 3

HERÓIS ANÓNIMOS. "MUITOS CLIENTES ACABAM POR DESCARREGAR EM NÓS OS PROBLEMAS PESSOAIS E DO PAÍS"

// PÁGS. 14-21

Grande Confinamento. FMI diz que Portugal vai ter recessão de 8%

// PÁGS. 8-9

PUB

EDP LIVE BANDS
AS PAREDES NÃO TÊM OUVIDOS
MAS INSPIRAM
Aproveita a tua energia para ensaiares o que vais tocar no palco
edplivebands.edp.com
edp

CISION
ID: 85980465
Jornal de Notícias
15-04-2020
Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral
Pág: 8
Cores: Cor
Área: 25,50 x 30,00 cm²
Corte: 1 de 3

GONÇALO DELGADO/GLOBAL IMAGENS

Na Região Norte há muitos mais casos de infeção e morte do que o número de habitantes deixaria adivinhar

Indústria e densidade explicam mortes no Norte

Não obrigar o uso de máscara no local de trabalho foi "erro grave", diz Costa Pereira

Alexandra Figueira
afigueira@jn.pt

CRÍTICAS Com pouco mais de um terço dos habitantes do país e uma população menos envelhecida do que o Centro e o Alentejo, a Região Norte sozinha tem mais mortes e infetados com Covid-19 do que a soma do resto do país. As principais razões são a industrialização, a densidade populacional e a estrutura familiar e etária, avançam os diretores das faculdades de Medicina do Porto, Altamiro da Costa Pereira, e do Minho, Nuno Sousa.

Explicações como a escolaridade ou a pobreza, avançadas pela TVI (ler página seguinte), não fazem sentido e não há "evidência de assimetria regional na realização de testes", diz Nuno Sousa. A lógica é: quantos mais testes feitos, maior o número de casos detetados.

Também a explicação da diretora-geral da Saúde não colhe, diz Costa Pereira. A uma pergunta do JN, Graça Freitas justificou a desproporção com o facto de, no início da pandemia, o Norte ter importado muitos casos (sobretudo empresários que viajaram em trabalho até ao norte da Itália), que originaram cadeias de transmissão descontroladas. "No início, a justificação fazia sentido, mas há semanas que deixou de fazer", afirma Costa Pereira, doutorado em Saúde Pública e coordenador do Centro de Investigação em Tecnologias e Serviços de Saúde.

"FOI E É CRIMINOSO"

Uma das principais causas é o peso que o emprego no setor da indústria tem no Norte. Quase metade do emprego industrial está no Norte, mais do que no Centro (24%) e muito acima de Lisboa (17%) ou nas restantes regiões do país. "Uma indústria não pode funcionar em teletrabalho", diz Nuno Sousa. Ao contrário dos serviços, que empregam a larga maioria dos trabalhadores de Lisboa (muitos em organismos públicos, em teletrabalho) ou no Algarve (onde domina o turismo, um dos setores que mais usou o lay-off).

É precisamente nos concelhos mais industrializados que há mais casos de infeções e Costa Pereira é duro nas críticas à Direção-Geral da Saúde, que não adequou as suas recomendações às especificidades de cada região. "A DGS não aconselhou atempadamente os locais de trabalho em espaço fechado a proteger as pessoas com máscara. Foi e é criminoso!". O uso de proteção por quem não pode estar em teletrabalho "é óbvio", declara Nuno Sousa.

Acresce o contacto próximo com Espanha, que fez disparar as infeções em locais como Bragança.

VIVER EM PROXIMIDADE

Em segundo lugar, os dois responsáveis por escolas de medicina somam o facto de as pessoas viverem próximas umas das outras. Ao contrário do Alentejo, homogéneo na sua baixa densidade populacional, ou da Área Metropolitana de Lisboa (com grandes concentrações populacionais), o Norte não é todo igual.

Na região vivem 168 pessoas por quilómetro quadrado. Uma média que mascara disparidades regionais: em Trás-os-Montes, há menos de 20 pessoas por km², mas no Porto vivem mais de cinco mil e nos concelhos vizinhos há entre mil e duas mil pessoas. "A proximidade dificulta o isolamento social", recorda Nuno Sousa, que invoca ainda o envelhecimento em certas zonas da região.

Ontem soube-se que um terço das mortes ocorreu em lares. No Norte, é nos concelhos com maior taxa de cobertura por estruturas residenciais para idosos que a Covid-19 fez mais vítimas mortais.

Como justificação para a desproporção de infeções e mortes no Norte, Costa Pereira acrescenta a estrutura familiar, menos atomizada no global da Região Norte do que nas grandes cidades, incluindo a Área Metropolitana de Lisboa. "Ainda se encontram casas onde vivem três gerações". Este contacto entre as gerações tem a desvantagem de expor os mais velhos ao vírus.

2 de março
Detetados os primeiros casos positivos de infeção pelo novo coronavírus em Portugal: um médico cardiologista do Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa, com 60 anos, que tinha estado de férias em Itália, e que foi internado no Santo António; e um de 33 anos, residente na zona do Grande Porto, trabalhador da construção civil, que tinha estado em Espanha. Esteve no São João.

Surto em Felgueiras
Um empresário de 50 anos, dono de uma fábrica de calçado em Felgueiras, que esteve em negócios na feira de Milão entre 19 e 21 de fevereiro, é tido como o foco de um surto que se espalhou pelos concelhos de Felgueiras e Lousada. A 9 de março, foram tomadas medidas de contenção extraordinárias.

A NORTE

59%
das infeções confirmadas estão no Norte. Como diz Costa Pereira, a norte do Douro as probabilidades de apanhar o vírus são 2,5 vezes superiores à do resto do país.

57%
das mortes cuja causa oficial foi a Covid-19 ocorreram na Região Norte, que tem um terço da população do país.

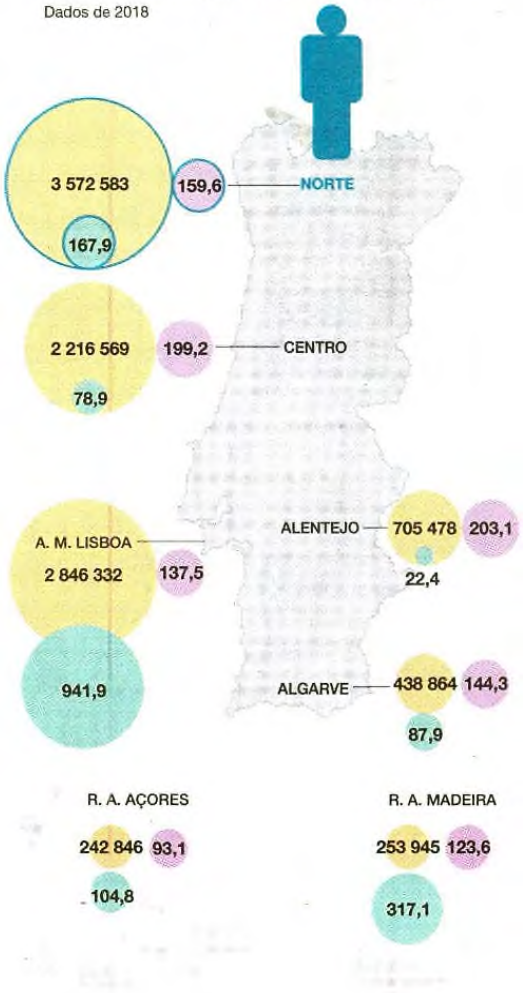
Indicadores por região

População (total: 10 276 617)

Densidade populacional (Portugal: 111,5 habitantes/km2)

Índice de envelhecimento (Portugal: 159,4)
Quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos

Dados de 2018



Escolaridade

Em milhares

2019	Sem nível de escolaridade	Básico (1º Ciclo)	Secundário e pós-secundário	Superior
Portugal	559,8	1904,3	2011,7	1734,8
Norte	200,7	756,8	672,4	546,6
Centro	153,5	450,0	413,1	349,0
A. M. Lisboa	91,9	389,7	612,6	632,5
Alentejo	61,1	133,2	138,3	89,5
Algarve	21,2	76,3	88,9	60,3
R. A. Açores	14,4	46,7	38,6	22,4
R. A. Madeira	17,1	51,5	47,9	34,5

População empregada

Por setor de atividade económica, em milhares
Census 2019

	Primário	Secundário	Terciário
Portugal	270,10	1212,40	3430,60
Norte	93,40	581,60	1040,90
Centro	99,50	295,70	697,30
Lisboa	11,30	204,60	1115,20
Alentejo	30,50	66,20	223,00
Algarve	10,20	26,20	174,60
R. A. Açores	11,30	19,30	83,10
R. A. Madeira	13,80	18,60	96,60

FONTE: INE, PORDATA

CISION

ID: 85980465

Jornal de Notícias

15-04-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 1
Cores: Cor
Área: 18,07 x 1,77 cm²
Corte: 3 de 3

jn.pt Diário. Ano 132. N.º 319. Preço: 1,20€ Quarta-feira 15 de abril de 2020 Diretor Domingos de Andrade / Diretores-adjuntos Inês Cardoso, Manuel Molinos e Pedro Ivo Carvalho / Diretor de Arte Pedro Pimentel

JN
Jornal de Notícias

Piratas roubam 20 anos de informação ao grupo EDP

Ameaçam divulgar passwords, dados de clientes e negócios P. 25

Solidariedade
Leitores JN ajudam crianças e dão computadores P. 30

Ana, 14 anos, passa a acompanhar aulas à distância

TAP Costa segue ministros e admite nacionalizar P. 23

Maia Usou o carro para assassinar amigo após discussão P. 26

Casa da Música celebra pela net 15 anos de serviço público P. 35

Lay-off em seis clubes de futebol pode custar 700 mil ao Estado P. 41

PANDEMIA JÁ MATOU QUASE DUAS CENTENAS DE IDOSOS NOS LARES

Polémica Marta Temido denuncia descuidos na prevenção. Dirigentes dizem ser "criminoso" devolver utentes infetados às instituições **Norte** Peso da indústria e densidade populacional explicam números mais altos **Escolas** Governo aposta na tecnologia para garantir o próximo ano letivo **Cadeias** Força Aérea transporta presos libertados de regresso aos Açores P. 4 a 22

LEONARDO NEGRÃO/GLOBAL IMAGENS

JOVENS E MULHERES COM FILHOS LIDAM PIOR COM ISOLAMENTO
Dificuldade em conciliar trabalho e educação entre os problemas comuns

BALANÇO 567 MORTOS 17 448 INFETADOS 347 CURADOS

PUBLICIDADE

MANTENHA-SE INFORMADO SEM SAIR DE CASA.
CONTACTOS NO INTERIOR

[revistas + suplementos] [jornal] [digital]

NESTES DIAS, LEVAMOS-LHE AS NOTÍCIAS À PORTA!
ASSINE O JORNAL DE NOTÍCIAS

CISION

ID: 85980566

Jornal de Notícias

15-04-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 14
Cores: Cor
Área: 9,04 x 14,05 cm²
Corte: 1 de 1

Inditex continua a despedir após fecho de lojas em Portugal

Em Espanha, 50 mil trabalhadores do grupo estão em lay-off com salário a 100%

RETALHO As lojas do grupo Inditex continuam a despedir, nomeadamente comunicando a não renovação de contratos a prazo. Depois de a loja da Oysho, em Lisboa, ter voltado atrás na intenção de renovar os contratos a três trabalhadoras, agora a Bershka enviou cartas registadas aos colaboradores. Em Espanha, país de origem daquelas marcas do Grupo Inditex, cerca de 50 mil trabalhadores têm os contratos laborais suspensos até hoje, com o pagamento dos salários assegurado a 100% pela empresa.

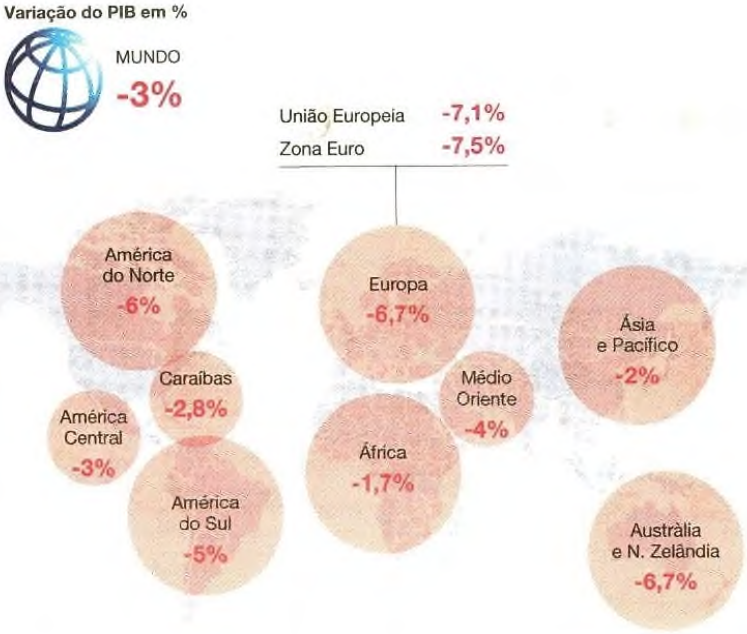
"São a única empresa que não fez lay-off de trabalhadores", adiantou a coordenadora para o retalho do sindicato espanhol Comisiones Obreras. Angeles Rodriguez, em declarações à Imprensa, estava convencida que o grupo fundado pelo segundo homem mais rico do Mundo, Amancio Ortega, iria "garantir os salários europeus até essa data, porque quando fazem alguma coisa, fazem para todos". Em Portugal, a regra do grupo que detém as marcas Zara (e versão Home), Bershka, Massimo Dutti, Pull and Bear, Stradivarius, Lefties, Uterque e Oysho tem sido outra. Com o encerramento de 350 lojas, no passado dia 18 de março, têm-se sucedido denúncias de despedimentos no grupo que anunciou ter uma provisão de 287 milhões de euros para acautelar o impacto da Covid-19.

CISION
ID: 85980542
Jornal de Notícias
15-04-2020
Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral
Pág: 13
Cores: Cor
Área: 22,61 x 30,00 cm²
Corte: 1 de 1

Previsões do FMI para 2020

	Economia (variação do PIB, em %)	Taxa de desemprego (em % da pop. ativa)	Saldo orçamental público (em % do PIB)
Grécia	-10,0	22,3	-9,0
Itália	-9,1	12,7	-8,3
Letónia	-8,6	8,0	-5,2
Lituânia	-8,1	8,9	-7,6
Eslovénia	-8,0	9,0	-6,6
Portugal	-8,0	13,9	-7,1
Espanha	-8,0	20,8	-9,5
Estónia	-7,5	6,0	-8,3
Holanda	-7,5	6,5	-6,2
França	-7,2	10,4	-9,2
Áustria	-7,0	5,5	-7,1
Alemanha	-7,0	3,9	-5,5
Bélgica	-6,9	7,3	-8,9
Irlanda	-6,8	12,1	-5,2
Chipre	-6,5	8,8	-1,8
Eslováquia	-6,2	8,0	-5,9
Finlândia	-6,0	8,3	-6,7
Luxemburgo	-4,9	7,7	-2,8
Malta	-2,8	5,0	-7,2

FONTE: FMI



Choque de desemprego será o maior de sempre

País a caminho de défice de 7% ou mais em 2020, valor só equiparável ao de 2014, ano da falência do BES. No Natal ainda haverá recessão, teme o FMI

Luís Reis Ribeiro
luis.ribeiro@dinheirovivo.pt

PREVISÕES É um cenário algo tenebroso aquele que o Fundo Monetário Internacional (FMI) ontem apresentou a partir de Washington, no arranque dos encontros da primavera (em modo virtual).

O Mundo vai viver a pior recessão em quase 100 anos, desde a Grande Depressão dos anos 20 do século passado. Portugal é, como quase todos os países, arrastado e deve registar uma das piores recessões de sempre (o FMI projeta uma quebra de 8% na economia nacional em 2020) e a taxa de desemprego pode atingir 13,9% da população ativa, mais do dobro face a 2019.

Será um verdadeiro choque de desemprego, o maior de que há registo, tendo por base as séries longas consultadas pelo JN/Dinheiro Vivo (remontam a 1960).

A taxa de desemprego nacional recua assim ao nível de há seis anos, ao tempo da grave crise económica e das contas públicas. Em 2014, o desemprego também estava em 13,9%.

GASPAR APONTA O DÉFICE

O FMI também avançou com as primeiras projeções para as contas públicas. No caso de Portugal, depois do excedente histórico de 2019, as administrações públicas vão mergulhar num défice que deve ultrapassar um valor equivalente a 7% do PIB. Será um valor só equiparável ao de 2014, o ano da falência e do resgate do BES.

Os números do défice foram avançados ontem pelo FMI mas, hoje, Vítor Gaspar, diretor para as questões de finanças públicas do Fundo, ex-ministro das Finanças do PSD, vai apresentar estas e outras projeções e transmitir as suas recomendações sobre como podem os governos ajudar os países a saírem deste novo buraco económico e social.

No entanto, as novas projeções do FMI parecem já pecar por defeito. Há especialistas de renome que veem o défice português a passar os 10% este ano e a dívida a tocar os 146% do PIB, num ambiente altamente depressivo em que a economia portuguesa colapsa 15%. É o caso recente do grupo bancário Unicredit.

RECESSÃO DE 20%

Anteontem à noite, numa entrevista à TVI, o ministro das Finanças, Mário Centeno, também aceitou avançar com alguns números sombrios. Disse que neste 2.º trimestre a quebra do PIB pode ser quatro a cinco vezes maior que o pior valor alguma vez registado. Estava, portanto, a dizer, ainda que de forma indireta, que a economia está a caminho de uma contração na ordem dos 20%, face a igual período de 2019.

VENTILADOR ATÉ AO NATAL

No Outlook que ontem divulgou, o FMI diz mais. A economia portuguesa deve continuar ligada ao ventilador e os portugueses devem preparar-se para um Natal diferente, para pior, porque a recessão deve mesmo arrastar-se até ao final do ano. A instituição dirigida por Kristalina Georgieva diz que no último trimestre de 2020 Portugal deve acusar uma contração económica de 10% ou mais.

ESPERANÇA EM 2021

Portanto, retoma só no ano que vem e mesmo assim... Segundo o FMI, o crescimento pode chegar a 5%, o que também quer dizer que não vai dar, nem por sombras, para reverter toda a destruição esperada para o ano corrente.

Em termos comparativos internacionais, Portugal volta a aparecer mal na fotografia em alguns dos indicadores. De aluno exemplar e elogiado, o país passa a ter a 5.ª recessão mais pesada da Zona Euro este ano (como Espanha e Eslovénia); o peso do desemprego será o 3.º maior, depois da Grécia e de Espanha. ●

Estados Unidos
Os Estados Unidos deverão registar uma recessão de 5,9% em 2020 devido à pandemia, e a taxa de desemprego ascenderá aos 10,4%. Em 2021, o PIB sobe 4,7% e o desemprego desce para 9,1%.

Brasil
O FMI antecipa que a pandemia faça o Brasil ter uma recessão económica de 5,3% este ano, recuperando em 2021 para um crescimento de 2,9% do PIB.

China
A China, país de origem da pandemia de Covid-19 e que teve parte da sua atividade económica suspensa no primeiro trimestre do ano, deverá escapar à recessão em 2020, crescendo 1,2%. No próximo ano, o PIB acelera para 9,2%.

MUNDO

3%

O efeito da pandemia deverá provocar uma queda da economia mundial na ordem dos 3% este ano, estima o FMI.

CISION

ID: 85981295

Jornal de Notícias

15-04-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 44
Cores: Cor
Área: 5,42 x 22,74 cm²
Corte: 1 de 1

Pessoal não docente não vai ser despedido

Em causa estariam 2500 trabalhadores

FUNÇÃO PÚBLICA O Ministério da Educação não tem previsto dispensar qualquer trabalhador não docente no final do atual ano letivo. A garantia foi dada ao JN pela tutela, depois de ontem a Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública ter denunciado que o Executivo estaria a preparar "despedimentos em larga escala" nas escolas da rede pública, no âmbito das medidas implementadas devido à pandemia da Covid-19, que afetariam 2500 trabalhadores não docentes. Em causa está o decreto-lei 14-G/2020, de 13 de abril, que estabelece diversas medidas excecionais e temporárias na área da educação, por causa do novo coronavírus.

Já em resposta ao JN, fonte do Ministério da Educação refere que não só não haverá despedimentos como a tutela "prosseguirá as medidas de valorização destes profissionais de garantia da sua estabilidade profisisonal". E acrescenta: "O Orçamento do Estado para 2020, que entrou em vigor no passado dia 1 de abril, determina uma nova revisão da 'portaria dos rácios', o que implicará um aumento significativo do número de trabalhadores não docentes ao serviço nas escolas públicas".

O Ministério conclui que "a prorrogação de contratos a termo resolutivo visa apenas ajustar o terminus do atual calendário escolar, aprovado por este diploma legal, consequência das medidas extraordinário decorrentes da Covid-19". ● M.N.

CISION
negocios
negocios.pt
ID: 85980358
15-04-2020
Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Economia, Negócios e.
Pág: 8
Cores: Cor
Área: 25,70 x 30,65 cm²
Corte: 1 de 2

Portugal tem alternativa ao lay-off mas ainda não a usa

Em causa está um plano alternativo de formação com apoios às empresas por parte do IEFP e sem cortes salariais. Está prometido como alternativa ao lay-off, mas caiu no esquecimento. Governo garante que tem estado a ser preparado.

CATARINA ALMEIDA PEREIRA
catarinapereira@negocios.pt

O diploma do novo lay-off simplificado, publicado há três semanas, também prevê uma alternativa de apoio às empresas que não implica cortes salariais: trata-se do chamado Plano Extraordinário de Formação, através do qual os empregadores poderiam obter um apoio até 50% do salário bruto de cada trabalhador, com o valor máximo de 635 euros, durante um mês. Mas esta alternativa ao lay-off, que não implica cortes de salários, tem estado esquecida.

Nas diversas intervenções públicas sobre as medidas destinadas a travar despedimentos (pelo menos no caso de quem não tem vínculos precários), os ministros da Economia, Siza Vieira, e do Trabalho, Ana Mendes Godinho, têm promovido sobretudo o chamado lay-off simplificado. Nos balanços que, por vezes, são feitos sobre as medidas também não se promove este plano extraordinário de formação.

Da página do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) não constava até esta terça-feira informação sobre a abertura de candidaturas. Também não havia informação prática sobre outro programa de formação que, nos termos da lei, pode garantir aos trabalhadores e às empresas que se encontram em lay-off uma verba adicional de 131,6 euros por pessoa, a dividir entre trabalhador e empresas.

Questionado sobre o assunto, o gabinete do secretário de Estado Adjunto, do Trabalho e da Formação Profissional, Miguel Cabrita, respondeu que os regulamentos dos dois planos – o Plano Extraordinário de Formação e o Plano de Formação – "estão a ser ultimados e estarão online no sítio do IEFP amanhã", ou seja, esta quarta-feira.

"No entanto, o IEFP tem vindo a fornecer informação sobre estas respostas às empresas que a solicitam e está já a trabalhar na conceção de planos de formação com as empresas, que terão de ser submetidos juntamente com a candidatura", garante.

Existe também um obstáculo relacionado com o facto de o IEFP não ter ainda a estrutura preparada para formação à distância. Se "os regulamentos decorrem diretamente da legislação", a situação atual "implica um reajustamento da realização da atividade formativa, em particular no que diz respeito à articulação com processos de formação à distância". Os formadores que estão a recibos verdes no IEFP têm sugerido precisamente isso – formação à distância.

> **O IEFP está já a trabalhar na conceção de planos de formação com as empresas.**
> **GOVERNO**
> Fonte oficial do gabinete do secretário de Estado do Emprego

Segundo o Governo houve já "120 empresas que sinalizaram junto do IEFP a intenção de iniciar planos de formação para abranger, no total, mais de 15.000 trabalhadores". Fonte oficial não esclareceu, no entanto, até à hora de fecho desta edição se estas manifestações de interesse dizem respeito à formação no âmbito do lay-off, que implica cortes salariais, ou à medida alternativa ao lay-off, que não implica.

A advogada Inês Arruda explica que as empresas que estão em lay-off não estão a conseguir aceder ao plano de formação. "Tenho como cliente uma grande rede de lojas que queria dar formação às trabalhadoras, que estão todas em casa sem fazer nada. Mas ainda estamos à espera", revela. "O IEFP diz que ainda não está em vigor. Ainda estão a preparar a regulamentação desses planos de formação".

Paula Franco, bastonária da Ordem dos Contabilistas Certificados (OCC), considera que as empresas estão pouco interessadas. "Não conheço ninguém que tenha pedido. Além disso, com os constrangimentos que existem em termos do isolamento, as pessoas não podem ter formação fisicamente, o IEFP teria de se ajustar a formação à distância, o que também não é tão atrativo. Houve pouco tempo para todos nos ajustarmos à nova realidade", refere.

Que alternativas existem ao lay-off? Marcação de férias a partir de 1 de maio, utilização de bancos de horas, ou acordos para a redução de horário e de salário são admitidas pela Úria Menéndez – Proença de Carvalho. ■

António Pedro Santos/Lusa

A ministra do Trabalho, Ana Mendes Godinho, prevê que um milhão de trabalhadores fique em lay-off.

120
EMPRESAS
Número de empresas que mostraram intenção de dar formação aos trabalhadores.

15
MIL TRABALHADORES
Este é o número de pessoas que pode ser abrangido. O Governo não explicou a que programa se refere.

CISION

negocios

ID: 85980358

15-04-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Economia, Negócios e.

Pág: 1
Cores: Cor
Área: 25,70 x 11,21 cm²
Corte: 2 de 2

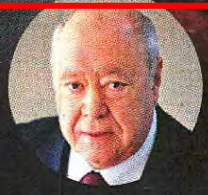
negocios

negocios.pt

Quarta-feira, 15 de abril de 2020 | Diário | Ano XVI | N.º 4223 | € 2.50
Diretor **André Veríssimo** | Diretor adjunto **Celso Filipe**

Portugal tem alternativa ao lay-off que ainda não saiu do papel

PRIMEIRA LINHA 4 a 17



HUMBERTO PEDROSA
ACIONISTA DA ATLANTIC GATEWAY

"Não estou disponível para alienar posição na TAP"

Plano passa por formação com apoios às empresas por parte do IEFP e sem cortes salariais. Governo garante que a medida está a ser preparada.

Mário Cruz/EPA

O que cinco países estão a fazer para segurar empresas e salários

Reportagem: "Estamos numa bolha. Quando sairmos vai ser complicado"

Bens agrícolas sobem à boleia da pandemia

O sumo de laranja, o arroz e cereais como o trigo são três dos produtos que se estão a valorizar devido ao aumento da procura. Uma tendência que demora a chegar ao consumidor.

MERCADOS 23 a 25

Economistas recomendam cautela na reabertura do país

HOMEPAGE 2

CMVM avisa: cuidado com os dividendos e os salários da gestão

PRMEIRA LINHA 11

Na biblioteca dos CEO
Os factos no centro de qualquer decisão

ÚLTIMA 32

Carlos Gomes da Silva, líder da Galp, sugere um livro do médico sueco, Hans Rosling.

CISION
negocios
negocios.pt
ID: 85980347
15-04-2020
Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Economia, Negócios e.
Pág: 6
Cores: Cor
Área: 25,70 x 30,17 cm²
Corte: 1 de 3

O que cinco países fazem para segurar empregos e salários

Vítor Chi

Portugal: mais de 15 mil casos confirmados e acima de 500 mortes.

Lay-off é a solução óbvia para as empresas em Portugal

O regime de redução do período normal de trabalho ou de suspensão de contrato - o chamado lay-off simplificado - tem sido a principal resposta às empresas que encerraram por ordem do Governo ou que reduziram trabalho por falta de reservas e procura.

Como funciona o lay-off

O lay-off simplificado, que pode implicar a redução do tempo de trabalho ou a suspensão dos contratos, facilita, na prática, a aplicação de um corte salarial com o apoio da Segurança Social. Em Portugal, garante ao trabalhador um valor equivalente a dois terços da remuneração bruta, com o valor mínimo de 635 euros e máximo de 1.905 euros, que só será superado se a empresa quiser pagar. Ao contrário do que acontece noutros países, em caso de suspensão de contrato as empresas financiam 30% deste valor, enquanto a Segurança Social paga 70% Os empregadores têm agora, em contrapartida, isenção de taxa social única (TSU). O trabalhador, pelo contrário, desconta para a Segurança Social (11%) e está sujeito ao pagamento de impostos. Em Portugal este regime é mensal, mas poderá ser renovado até três meses.

Despedimentos

Não há qualquer proibição geral de despedimentos ou limitações à dispensa de trabalhadores com vínculos mais precários. As empresas que recorram ao lay-off simplificado não poderão avançar com despedimentos coletivos ou por extinção de posto de trabalho até 60 dias após os apoios.

Apoio aos pais

O apoio especificamente criado por causa do encerramento de escolas destina-se a pais com filhos menores de 12 anos que não possam fazer teletrabalho. Corresponde a 66% da remuneração base (e não do vencimento total) com o valor mínimo de 635 euros e máximo de 1.095 euros. ■

Empresas espanholas seguram salários mas por pouco tempo

Os trabalhadores de empresas que não prestem atividades essenciais, e que foram obrigados a ficar em casa entre 30 de março e 9 de abril, não perderam direito à retribuição. Esta foi, segundo a equipa de direito laboral da Úria Menéndez – Proença de Carvalho, uma das medidas com maior abrangência e alcance. Convive, no entanto, com um regime comparável ao lay-off.

Como funciona o lay-off

No âmbito do chamado ERTE (expediente de regulación temporal de empleo), as empresas forçadas a encerrar ou a suspender atividade têm isenção total de contribuições caso tenham menos de 50 trabalhadores (75% se tiverem mais). Também não pagam aos trabalhadores, que ficam com contrato suspenso e recebem uma espécie de "subsídio extraordinário de desemprego", como explica Maria da Glória Leitão, sócia e coordenadora da área de laboral da Cuatrecasas. O valor é de 70% da sua base contributiva durante os primeiros 181 dias, com um limite de 1.908 euros. Em circunstâncias normais o limite é superior para quem tem filhos, mas há dúvidas sobre se se aplicará. Quando há redução de horário as empresas pagam uma parte.

Despedimentos

As empresas que recorram ao lay-off têm de manter o nível de emprego durante seis meses, não sendo claro o que acontece a quem está a termo. Além disso, de acordo com a Úria, durante o estado de emergência as empresas não podem avançar para despedimentos ou dispensa de contratados a prazo com causas objetivas fundamentadas na pandemia.

Apoios aos pais

Já foram anunciadas medidas, mas para os advogados contactados pelo Negócios os contornos não são claros. Nalguns casos os termos podem ser negociados caso a caso. ■

Fernando Villar/EPA

Espanha: 170 mil casos confirmados e mais de 17 mil mortes.

Itália: 160 mil casos confirmados do no

Itália proíbe despedimentos coletivos e ajuda a pagar baby-sitter

Em Itália, quando afastada a alternativa do gozo de férias ou teletrabalho, as empresas podem avançar para a suspensão de contratos ou redução de horários de trabalho. Os dirigentes não estão abrangidos pelo lay-off, mas estão sujeitos a acordos para redução de horário e salário. Os empregadores podem marcar férias não gozadas.

Como funciona o lay-off

Os empregadores de setores não essenciais e que não possam evitar este mecanismo – através da marcação de férias ou do teletrabalho – podem aceder ao lay-off. Os trabalhadores recebem 80% do salário bruto, com o limite de 998,18 euros para quem tenha um salário mensal de até 2.160 euros e de 1.199,72 para quem tenha um salário mensal que exceda esse valor. Este montante é pago pelo Estado. Maria da Glória Leitão, sócia da Cuatrecasas, explica que neste caso o empregador está isento de contribuição para a Seguran-

CISION

negocios

ID: 85980347

15-04-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Economia, Negócios e.

Pág: 7
Cores: Cor
Área: 25,70 x 30,65 cm²
Corte: 2 de 3

Portugal promove sobretudo o lay-off, que tira, regra geral, um terço do salário, mas há países europeus que obrigam as empresas a assegurar a remuneração durante um curto espaço de tempo. Mas na realidade não é possível falar com espanhóis, italianos, franceses ou alemães sem ouvir queixas de quebra de rendimento, mesmo nos casos em que o emprego se mantém. O Negócios analisou as medidas laborais aprovadas em cinco países europeus no contexto da mesma pandemia, a partir de um levantamento completo feito pelas equipas de direito laboral da Úria Menéndez - Proença de Carvalho e da Cuatrecasas.

CATARINA ALMEIDA PEREIRA catarinapereira@negocios.pt

Giuseppe Lami/EPA

oronavírus, mais de 20 mil mortes.

ça Social durante o período de aplicação do plano de suspensão e pode, se quiser, complementar o apoio garantido pelo Estado.

Despedimentos

Estão suspensos os despedimentos coletivos instaurados depois de 23 de fevereiro. Os empregadores não podem iniciar processos de despedimento coletivo ou individual (por motivos objetivos e não disciplinares) durante um período de 60 dias contado a partir de 17 de março, apesar de haver dúvidas sobre o que se aplica aos cargos dirigentes. Quem tiver um contrato a prazo e for dispensado pode ter acesso a um fundo que garante que continua a receber 600 euros.

Apoio aos pais

Os pais que tenham de ficar em casa devido ao encerramento das escolas para prestar assistência a filho menor de 12 anos terão direito a uma licença, segundo explica Maria da Gloria Leitão, da Cuatrecasas. De acordo com a equipa de laboral da Úria Menéndez - Proença de Carvalho, tal correspondente a 50% do salário. As duas sociedades de advogados acrescentam ainda que, em alternativa, os pais podem receber uma comparticipação em serviços de baby-sitting até ao valor máximo de 600 euros. ■

França reduz trabalho mas paga 70% por cada hora não trabalhada

Não sendo possível o teletrabalho, e não sendo a atividade essencial, as empresas podem recorrer ao lay-off por um período de seis meses. Foi ainda anunciado que as empresas vão poder determinar o gozo de seis dias de férias, ou de períodos de descanso que resultem do banco de horas, embora o diploma não tenha sido imediatamente disponibilizado.

Como funciona o lay-off

No regime de redução de cada hora não trabalhada, os trabalhadores terão direito a uma compensação de 70% do salário bruto que receberiam por cada hora de trabalho que efetivamente fosse prestada, sem limite máximo. Segundo a equipa da Cuatrecasas, pelas mesmas horas não trabalhadas o Estado garante esses 70% com um limite razoável: no caso de qualquer trabalhador que ganhe menos do que 4,5 vezes o salário mínimo, ou seja, menos de 6.800 euros, o empregador é totalmente reembolsado pelo Estado.

Despedimentos

De acordo com a equipa de direito laboral da Úria Menéndez – Proença de Carvalho, em França não são perentoriamente proibidos os despedimentos. Contudo, a covid-19 não pode ser a justificação para um despedimento considerado lícito.

Apoio aos pais

Explica a Úria que, não sendo possível recorrer ao teletrabalho, o pai que tenha de ficar em casa por causa do encerramento das escolas com filhos menores de 16 anos tem direito a uma licença remunerada durante o período em que durar a interrupção do trabalho, com a duração inicial de 21 dias. Algumas das pessoas com quem o Negócios falou explicam, no entanto, que nalguns casos esta assistência prestada pelos pais é coberta por um subsídio do Estado que não garante que as pessoas mantenham o rendimento. ■

Gonzalo Fuentes/Reuters

França: mais de 137 mil casos confirmados, 15 mil mortes.

Omer Messinger/EPA

Alemanha: mais de 128 mil casos e acima de 3 mil mortes.

Alemães recebem até 67% do salário mas sem qualquer limite máximo

Na Alemanha, as empresas não podem recorrer unilateralmente ao lay-off. Podem reduzir o horário de trabalho, mas com base num acordo com o trabalhador, com a comissão de trabalhadores, ou quando haja um contrato coletivo que o preveja. No entanto, há trabalhadores a receber na prática 67% do salário. Ao contrário do que acontece em Portugal, os empregadores podem recusar teletrabalho.

Alternativas ao lay-off

Se na Alemanha uma empresa for encerrada por decisão das autoridades, "os trabalhadores terão direito a receber o salário que lhes seria devido em condições normais", durante um período de seis semanas, segundo explica a equipa de laboral da Úria Menéndez - Proença de Carvalho. As empresas abrangidas poderão pedir um reembolso ao Estado. No entanto, este regime exige a decisão de uma autoridade de saúde, por forte risco de contágio. Outras empresas podem avançar com mecanismos de redução de horário por acordo com o trabalhador o que, segundo sublinham os advogados, não configura um lay-off. Nesta circunstância, as pessoas têm direito a 67% do seu salário líquido (se tiverem filhos) ou a 60% (se não tiverem), mas sem qualquer limite máximo. Além disso, há apoios sociais.

Despedimentos

Não há notícia de proibições gerais de despedimentos.

Apoio aos filhos

De acordo com a informação publicada pelo Governo alemão, os pais que tenham de ficar em casa por causa do encerramento de escolas e que não tenham qualquer alternativa – incluindo férias por gozar – têm direito a recusar a prestação de trabalho. "O empregador terá de continuar a pagar a remuneração durante um curto período de tempo" que não está definido, havendo depois o risco de quebras. ■

CISION

negocios

ID: 85980347

15-04-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Economia, Negócios e.

Pág: 1
Cores: Cor
Área: 11,62 x 2,84 cm²
Corte: 3 de 3

negocios

negocios.pt

Quarta-feira, 15 de abril de 2020 | Diário | Ano XVI | N.º 4223 | € 2.50
Diretor **André Veríssimo** | Diretor adjunto **Celso Filipe**

Portugal tem alternativa ao lay-off que ainda não saiu do papel

PRIMEIRA LINHA 4 a 17

HUMBERTO PEDROSA
ACIONISTA DA ATLANTIC GATEWAY

"Não estou disponível para alienar posição na TAP"

Plano passa por formação com apoios às empresas por parte do IEFP e sem cortes salariais. Governo garante que a medida está a ser preparada.

Mário Cruz/EPA

O que cinco países estão a fazer para segurar empresas e salários

Reportagem: "Estamos numa bolha. Quando sairmos vai ser complicado"

Bens agrícolas sobem à boleia da pandemia

O sumo de laranja, o arroz e cereais como o trigo são três dos produtos que se estão a valorizar devido ao aumento da procura. Uma tendência que demora a chegar ao consumidor.

MERCADOS 23 a 25

Economistas recomendam cautela na reabertura do país

HOMEPAGE 2

CMVM avisa: cuidado com os dividendos e os salários da gestão

PRMEIRA LINHA 11

Na biblioteca dos CEO
Os factos no centro de qualquer decisão

ÚLTIMA 32

Carlos Gomes da Silva, líder da Galp, sugere um livro do médico sueco, Hans Rosling.

CISION

ID: 85980214

Publico

15-04-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 4
Cores: Cor
Área: 25,70 x 23,96 cm²
Corte: 1 de 3

No Grande Confinamento PIB português cai 8% e desemprego dispara

Quebra profunda da economia este ano, bem maior do que na crise da *troika*, é a previsão do FMI, que, ainda assim, acredita numa recuperação parcial já no próximo ano

Sérgio Aníbal

Num cenário de contracção da economia à escala mundial, o ano de 2020 irá, em Portugal, bater todos os recordes negativos, prevê o FMI, com a economia a afundar-se e a taxa de desemprego a mais do que duplicar. A retoma pode chegar logo no ano seguinte, mas, num cenário de grande incerteza, o FMI alerta que existe o risco de o impacto negativo do coronavírus nas economias ser ainda pior e mais prolongado do que o agora projectado. Estas projecções foram divulgadas num relatório sobre o estado da economia mundial, publicado ontem, em que a entidade com sede em Washington revê de forma dramática as projecções de crescimento para todos os países, antevendo que o globo registe este ano a maior contracção na economia dos últimos 90 anos.

Não há, na Europa, um único país que escape à recessão. No caso português, aquilo que o Fundo Monetário Internacional (FMI) estima é uma contracção do PIB, em 2020, de 8%. Será a contracção do PIB anual mais acentuada de que há registo, bastante pior do que a verificada no pior ano da última crise. Em 2012, o ano em que mais se fizeram sentir as medidas de austeridade da *troika*, o PIB português contraiu-se 4,1%, apenas um pouco mais de metade do que aquilo que o FMI projecta agora de quebra da actividade económica.

As previsões do FMI para este ano são também mais pessimistas do que as apresentadas no final do mês passado pelo Banco de Portugal. A autoridade nacional previa reduções do PIB que, no cenário-base, eram de 3,7%, mas que podiam, num cenário mais adverso, chegar aos 5,7%.

Agora, com o passar das semanas, as expectativas ficam ainda mais sombrias.

A quebra de 8% projectada pelo FMI parece ficar em linha com aquilo que são os cenários com que o Governo está a trabalhar neste momento. Na segunda-feira, numa entrevista à TVI, o ministro das Finanças antevia perdas no PIB anual de 6,5% por cada 30 dias úteis de contenção na actividade semelhante à actual.

A paragem já se verifica desde meados de Março, o que significa, usando os números do ministro, que, se a presente situação de contenção se prolongar para lá do início de Maio, a descida anual do PIB se começa a aproximar da marca dos 10%. Ainda assim, o ministro disse acreditar que a redução anual do PIB em 2020 "não chegará aos dois dígitos".

Portugal é, entre os 19 países da zona euro, o quinto, a par da Espanha e da Eslovénia, com uma redução esperada do PIB mais acentuada este ano. Em média, a contracção projectada para a zona euro é de 7,5% e os países que mais se destacam são a Grécia e a Itália, com quebras de 10% e 9,1%, respectivamente.

Há algumas características comuns entre os países com previsões de recessão mais profunda. Estão a ser particularmente afectados pela pandemia, têm níveis de endividamento elevados e o peso do sector do turismo na economia é bastante alto. As duas últimas características podem ter tido um efeito relevante na previsão do FMI para Portugal (no relatório não são dadas explicações para a previsão realizada para cada país).

Desemprego duplica

A contracção abrupta da economia (em 2019, a economia portuguesa cresceu 2,2%) irá ter, como seria de esperar, um efeito muito negativo no mercado de trabalho. Para o FMI, a taxa de desemprego, que tinha vindo a descer consecutivamente desde 2013, poderá mesmo mais do que duplicar em 2020, passando dos 6,5% em 2019 para 13,9%.

É um salto nunca visto desde que se realiza o registo da taxa de desemprego no país e mostra bem o enorme choque que o FMI está a antever para uma parte muito significativa da população portuguesa. Tendo em conta os números actuais da população activa, o aumento da taxa de desemprego estimado significa que, em 2020, cerca de 380 mil portugueses poderão perder o seu emprego.

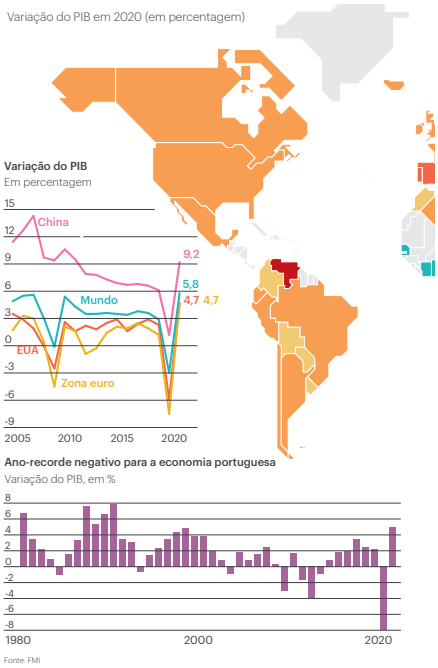
Ainda assim, a taxa de desemprego de 13,9% fica abaixo do máximo histórico deste indicador, já próximo dos 17%, que foi atingido em Portugal em 2013.

O Grande Confinamento

Depois da Grande Depressão nos anos 30 do século passado e da Grande Recessão que resultou da crise financeira de 2008, a crise económica trazida pelo novo coronavírus já está a ser também baptizada. A economista-chefe do Fundo Monetário Internacional, Gita Gopinath, chama-lhe agora o Grande Confinamento. Nas suas previsões de Primavera – as primeiras desde que foi declarada a pandemia –, o FMI aponta para uma contracção da economia mundial de 3% em 2020, em comparação, por exemplo, com a redução do PIB de 0,1% que se verificou em 2009, no auge da crise financeira internacional, há cerca de uma década.

Normalmente, à escala mundial, basta um crescimento abaixo de 3% para se começar logo a falar de uma recessão. Um cenário de contracção da economia mundial é extremamente raro, sendo quase inédito um

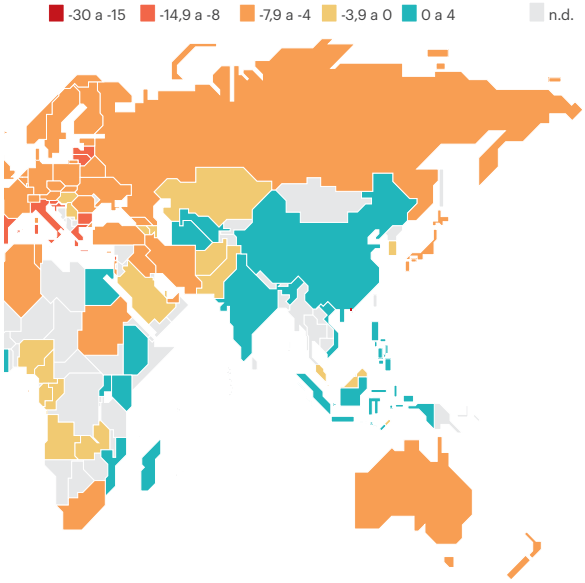
Mapa de uma economia mundial em recessão

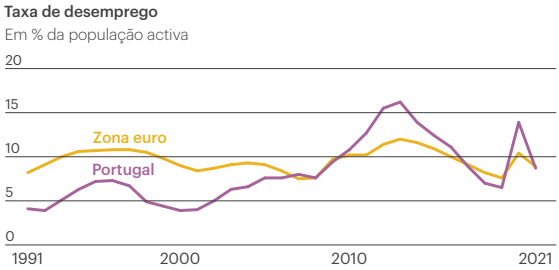


Fonte: FMI

A contracção do PIB anual em 8% será a mais acentuada de que há registo, bastante pior do que a verificada no pior ano da última crise

CISION
ID: 85980214
Publico
15-04-2020
Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral
Pág: 5
Cores: Cor
Área: 16,34 x 25,33 cm²
Corte: 2 de 3





recuo da dimensão do agora previsto para 2020.

"O Grande Confinamento, como lhe poderemos chamar, deverá encolher o crescimento global de forma dramática (...) A magnitude e a velocidade do colapso na actividade são diferentes de qualquer coisa que tenhamos experimentado durante as nossas vidas", afirma Gita Gopinath, assinalando que estamos perante a "pior recessão desde a Grande Depressão, e muito pior do que a Crise Financeira Internacional".

Antes do aparecimento da pandemia, o FMI previa que a economia mundial, em mais um ano de expansão relativamente lenta, iria crescer 3,3%, uma ligeira aceleração face aos 2,9% registados em 2019. Agora, as contas ficaram totalmente invertidas, principalmente pelo facto de a contracção das economias se verificar ao mesmo tempo em todo o lado.

Em 2021, a recuperação?

A notícia mais positiva nas previsões é que, pelo menos no seu cenário-base, o FMI está a apontar para uma retoma célere e relativamente forte. Logo para o ano de 2020, o FMI coloca a economia portuguesa, mais uma vez a par do resto do mundo, a crescer 5%, recuperando uma parte do terreno perdido no ano anterior. A taxa de desemprego, por sua vez, voltaria a cair, para 8,7%.

É um resultado que é obtido pelo facto de o FMI, no seu cenário central, estar a assumir que as medidas de confinamento adoptadas para travar o vírus começarão a ser levantadas durante a segunda metade deste ano, permitindo a reactivação da actividade económica. A previsão parte também do princípio de que focos de reaparecimento do contágio em 2021 serão limitados.

No actual cenário de incerteza, antever como será a evolução da pandemia é um exercício cheio de riscos. E o próprio FMI, ao falar das suas projecções para o total do globo, alerta que há "riscos severos de um resultado pior".

Traça mesmo três cenários alternativos, bastante mais desfavoráveis. No primeiro, assume uma manutenção das medidas de contenção em todos os países por um período 50% mais longo do que o previsto no cenário-base, além de um ambiente menos favorável nos mercados financeiros, com subida das taxas de juro da dívida. Só isso faz com que a contracção do PIB prevista para 2020 seja três pontos percentuais mais negativa, isto é, a economia global cairia 6%.

No segundo cenário, assume-se que ocorrerá um regresso da pandemia em 2021, com uma dimensão dois terços mais forte do que o assumido no cenário-base. Isso faria com que a retoma agora prevista para 2021 fosse posta em causa, já que se teria de retirar cinco pontos percentuais à taxa de crescimento projectada, passando-a assim para 0,8% (com a Europa, por exemplo, a manter taxas de crescimento negativas).

No terceiro cenário, o pior, o FMI assume não só um período de contenção mais longo em 2020 como a ocorrência de uma recaída em 2021. E aí, o PIB ficaria 8% abaixo do cenário-base no próximo ano.

Se um destes cenários se concretizar, as previsões para a economia portuguesa, já assim no nível mínimo histórico, conseguirão atingir um recorde ainda mais assustador.

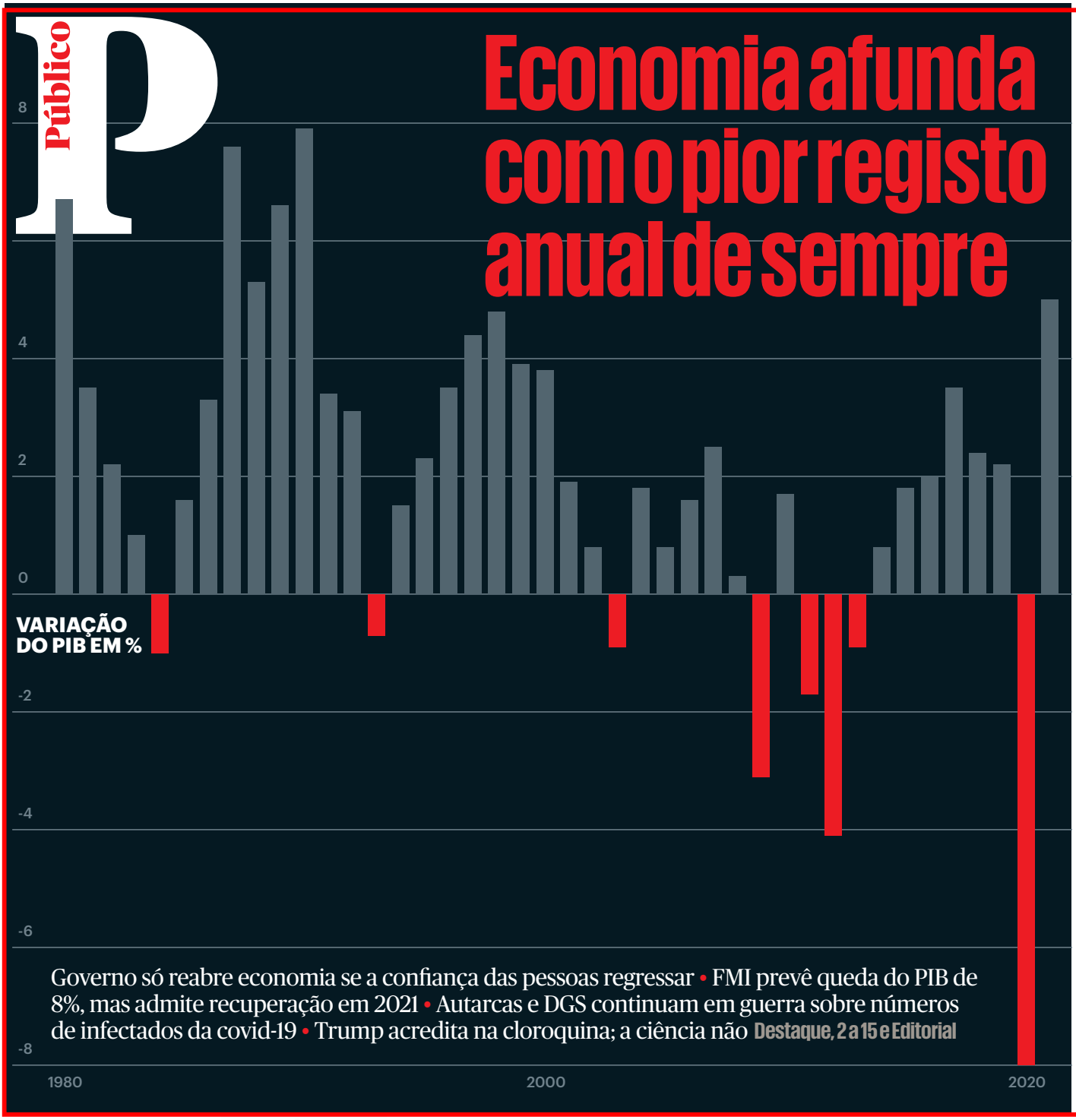
sergio.anibal@publico.pt

CISION
ID: 85980214
Público
15-04-2020
Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral
Pág: 1
Cores: Cor
Área: 25,70 x 26,19 cm²
Corte: 3 de 3

Edição Lisboa • Ano XXXI • n.º 10.948 • 1,30€ • Quarta-feira, 15 de Abril de 2020 • **Director:** Manuel Carvalho **Adjuntos:** Amílcar Correia, Ana Sá Lopes, David Pontes, Tiago Luz Pedro **Directora de Arte:** Sónia Matos

Público

Economia afunda com o pior registo anual de sempre



Governo só reabre economia se a confiança das pessoas regressar • FMI prevê queda do PIB de 8%, mas admite recuperação em 2021 • Autarcas e DGS continuam em guerra sobre números de infectados da covid-19 • Trump acredita na cloroquina; a ciência não Destaque, 2 a 15 e Editorial

Ofensiva do Governo agrava intensidade da guerra na Líbia

Governo reconhecido pela ONU diz ter conquistado sete cidades em dois dias p28

Maria de Sousa (1939-2020)

A cientista cujo mundo ia da imunologia à cidadania e às artes

Ciência, 30/31

TdC detecta irregularidades na gestão de Elina Fraga

Ex-bastonária da Ordem dos Advogados fez ajustes directos de um milhão p22

Esquerda insiste em aumentos para função pública em 2021

António Costa admite travar aumentos. Esquerda reage com preocupação p20

ISNN-0872-1548

CISION
ID: 85980376
Público
15-04-2020
Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral
Pág: 23
Cores: Cor
Área: 10,29 x 28,29 cm²
Corte: 1 de 1

Sindicatos da função pública acusam Governo de preparar despedimentos injustos

Escolas

Em causa está o incumprimento da promessa de dar a vários trabalhadores escolares contratos sem termo

A Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais (FNSFP) acusa o Governo de preparar uma vaga de "despedimentos de larga escala em escolas da rede pública", contrariando uma promessa feita no passado.

Em causa está o Decreto-Lei n.º 14-G/2020, que, fruto da pandemia de covid-19, estabelece medidas temporárias na área da educação. Uma delas é que "os contratos celebrados com pessoal docente e não docente, ao serviço nas escolas da rede pública, cujo termo esteja previsto para 31 de Agosto de 2020, são prorrogados para que o seu termo seja coincidente com a data que vier a ser estabelecida para o termo do ano escolar de 2019/2020", salienta a Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais num comunicado enviado ontem.

Há, portanto, diz a Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais, um arrastar dos vínculos que expirariam no final de Agosto, com vista a cumprir as necessidades de um ano lectivo que terminará mais tarde.

Segundo a Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais, esta medida do Governo significa o "despedimento de 2500 trabalhadores não docentes das escolas da rede pública, cujos contratos a termo deveriam terminar a 31 de Agosto". Para os sindicatos, esta é uma "opção de política do governo PS, invocando um fundamento esfarrapado", já que contraria uma promessa feita.

"Promessa"

"[Os trabalhadores] foram contratados a termo certo, com a promessa da então secretária de Estado adjunta e da Educação e actual ministra da Modernização do Estado e da Administração Pública de que seriam abertos os necessários concursos para a sua contratação sem termo, o que até hoje não aconteceu", pode ler-se, na nota de imprensa enviada ontem às redacções.

"Para a Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais, esta medida é inaceitável, não só porque estes trabalhadores já deveriam ter celebrados os seus contratos sem termo, mas também porque eles são indispensáveis ao funcionamento das escolas da rede pública", sublinha o organismo sindical.

PÚBLICO

ENRIC VIVES-RUBIO/ARQUIVO

Federação fala no despedimento de 2500 funcionários de escolas

CISION
ID: 85980204
Publico
15-04-2020
Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral
Pág: 2
Cores: Cor
Área: 25,70 x 28,62 cm²
Corte: 1 de 3

CORONAVÍRUS

Economia só reabre se as pessoas sentirem confiança

O Governo revelou que há uma ideia partilhada por todos: as pessoas precisam de se sentir seguras no regresso à normalidade. É a chave para a reabertura da economia

Marta Moitinho Oliveira e Sérgio Aníbal

A economia só reabre se as pessoas tiverem confiança para voltar à rua para trabalhar e consumir sem correrem o risco de ficarem doentes com covid-19. E esta é a chave do plano que o Governo quer pôr no terreno dentro de "algumas semanas" para o levantamento gradual das restrições. No fim de reuniões que duraram o dia todo de ontem com mais de 20 economistas, o ministro da Economia não avançou com uma data para a reabertura da actividade económica, nem antecipou se o próximo estado de emergência já vai conter medidas de alívio ao confinamento, mas sinalizou que a saída do isolamento pode ser feita através da utilização de máscaras comunitárias. "Uma medida de protecção em grande escala que até ao momento não dispúnhamos verdadeiramente", disse.

Pedro Siza Vieira falava aos jornalistas em São Bento depois de uma reunião entre o Governo, economistas e as entidades que fazem previsões para a economia portuguesa. "De uma maneira geral, há uma partilha importante da ideia de que temos de ir construindo uma confiança colectiva na capacidade que tivermos de proteger as populações, de proteger os elementos mais frágeis da população, à medida que nos formos preparando para o levantamento das restrições à actividade económica e à circulação dos cidadãos. Isso é uma componente muito importante da nossa estratégia de transição", disse Pedro Siza Vieira.

O ministro explicou que é preciso "criar na população, nas empresas, a confiança de que estão reunidas as condições para o retorno da actividade gradual progressiva, mas que irá sendo feita", justificou, referindo que "daqui a algumas semanas, quando se começar a equacionar o levantamento destas restrições, a mesma autodisciplina, a mesma capacidade de gerir o risco" será pedida às pessoas mas também às empresas, que têm de ter capacidade de assegurar um ambiente de trabalho em que as pessoas se sintam protegidas de uma possível contaminação.

O ministro não entrou em detalhes sobre como isso será feito, mas deixou alguns sinais ao destacar que ontem foram conhecidas normas técnicas que permitem a construção de máscaras sociais com maior protecção e que as empresas portuguesas já têm capacidade de as fabricar em "grande quantidade" e que "poderão ser distribuídas pelos circuitos de comercialização".

Siza Vieira salientou ainda que as decisões que o Governo vier a tomar sobre reabertura da actividade vão incidir sobre as actividades em que houve decisão administrativa de fecho. Ou seja, o comércio. As restantes actividades, como a indústria ou a hotelaria, mantêm-se abertas, uma vez que as empresas que fecharam foi por falta de fornecimento ou de procura.

A reunião de Costa com os economistas aconteceu no dia em que foram conhecidas novas previsões do Fundo Monetário Internacional (FMI), de acordo com as quais o PIB deverá cair este ano 8% (ver págs. 4/5), um cenário bem mais pessimista do que o apresentada no final de Março pelo Banco de Portugal, que apontava para uma descida do PIB até 5,7%. Um inquérito feito pelo Banco de Portugal e pelo Instituto Nacional de Estatística, divulgado também ontem (ver texto ao lado), mostra o impacto das medidas de isolamento: na semana antes da Páscoa, 82% das empresas estavam a produzir ou a funcionar, mas mais de um terço com uma quebra de produção superior a 50% na facturação. Siza Vieira admitiu que os números vão ser "duros", mas lembrou que, na entrevista que deu à TVI, o ministro das Finanças defendeu que a quebra anual do PIB não deverá ser superior a dois dígitos.

Palavra de economista

Um dos temas mais falados no encontro foi o da confiança, confirma Susana Peralta, professora na Nova SBE. "Esta crise, além de tudo o resto, deixa um lastro de desconfiança das pessoas no sistema e, portanto, quando se fala em reactivar a economia, tem de se perceber como é que se transmite confiança", afirma a economista. A este nível, a ideia de que o que causa a crise económica não são as medidas de contenção, mas sim a pandemia foi referida para tornar claro que, se o Governo optar por abrir demasiado cedo as actividades, isso só terá resultado se as pessoas se sentirem confiantes. "Em Portugal, conseguiu-se conquistar alguma confiança em relação à capacidade que temos para lidar com a pandemia, não se pode desperdiçar isso", diz.

Na sua intervenção, a economista centrou-se principalmente nas questões de mais longo prazo, tentando dar contributos para uma questão fundamental: em que é que podemos basear a nossa economia agora, que alguns sectores importantes como o turismo podem estar perante uma alteração muito significativa da procura. A professora da Nova defendeu que deve aproveitar-se a oportunidade de que constitui a consciencialização entre os portugueses do que significa um risco sistémico.

"Finalmente percebemos o que é um risco a sério, um daqueles que vira tudo do avesso, em que o nosso modo de vida deixa de ser igual. E assim podemos estar mais dispostos a investir para nos protegermos doutros riscos da mesma natureza, como o risco das alterações climáticas ou o risco de terramotos", afirma, defen-

CISION
ID: 85980204
Público
15-04-2020
Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral
Pág: 3
Cores: Cor
Área: 25,70 x 28,62 cm²
Corte: 2 de 3

NUNO FERREIRA SANTOS

António Costa e Pedro Siza Vieira participaram em reunião com economistas à distância

dendo que um eventual plano de relançamento económico europeu poderia ser usado em Portugal para investir na orla costeira e para preparar as cidades para um sismo, por exemplo. Outra ideia bastante referida pelos economistas foi a de que Portugal deve tentar, desta vez, "não fazer uma retoma baseada no trabalho de má qualidade", já que a crise agora pode ser mais dolorosa e profunda por causa das desigualdades ou dos vínculos precários.

João Cerejeira, professor da Universidade do Minho, especialista em questões relacionadas com o mercado de trabalho, diz que outra das preocupações expressas nas intervenções dos economistas foi a possibilidade de a crise de liquidez que agora se vive se poder transformar a prazo numa verdadeira crise de solvabilidade para as empresas. E refere também os alertas de que se poderá estar perante a necessidade de uma transformação estrutural da economia, em que alguns sectores perdem o seu peso enquanto outros o ganham. "Vai-se assistir ao encerramento de empresas e vai ter de se fazer uma reorientação das pessoas. O sector do turismo a médio prazo, por exemplo, dificilmente vai ter o volume de procura que tinha até agora, e será preciso encontrar uma solução", afirma o economista, assinalando que "será necessário apostar fortemente em políticas de requalificação".

Em relação à resposta mais imediata à crise, João Cerejeira defendeu que as políticas públicas devem ser previsíveis, simples, "para não deixar ninguém de fora por questões administrativas ou tecnológicas", e flexíveis, já que "se se impõem demasiadas condicionalidades aos apoios, há um conjunto de agentes que ficam de fora". Uma ideia sugerida foi a criação de um "crédito estatal básico", em que quem o desejar pode receber um empréstimo do Estado que depois é pago como adicional do IRS dos anos seguintes. Seria uma forma, defende o economista, de responder ao problema de liquidez que muitos portugueses enfrentam, por exemplo, os mais de metade dos desempregados que não se qualificam para o subsídio de desemprego.

marta.oliveira@publico.pt
sergio.anibal@publico.pt

Há 82% das empresas a funcionar mas muitas com quebras de 50%

Pedro Crisóstomo

Alojamento e restauração são áreas mais paradas, revela inquérito. *Layoffs* já se reflectem no número de pessoas a trabalhar

Apesar do encerramento temporário de milhares de estabelecimentos, uma fatia muito significativa das empresas continua a funcionar, mesmo que a um ritmo diferente de quando um confinamento era uma mera distopia.

Um inquérito excepcional lançado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) e pelo Banco de Portugal sobre os primeiros efeitos da pandemia, cujo primeiro resultado foi ontem conhecido, revela que na semana que antecedeu a Páscoa 82% das empresas se mantinham em produção ou em funcionamento, mesmo que parcialmente; 16% encontravam-se temporariamente encerradas – o que está a levar a uma redução drástica no número de pessoas efectivamente a trabalhar; e só 2% diziam ter encerrado definitivamente.

Os efeitos económicos entre aquelas que estão em laboração são já muito visíveis: mais de um terço (37%) diz estar a registar uma redução superior a 50% na facturação e cerca de um quarto (26%) está a trabalhar com menos de metade dos funcionários.

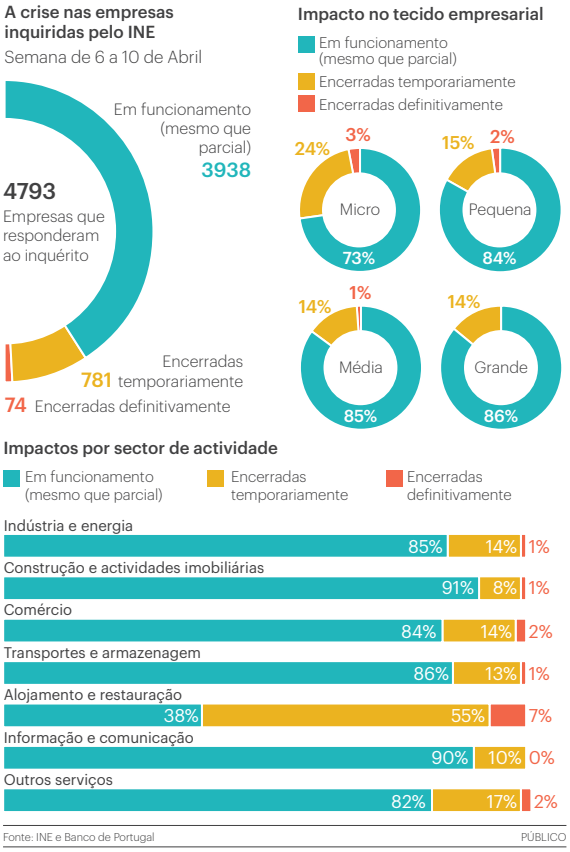
Para medirem o impacto da covid-19, o INE e o banco central decidiram lançar um questionário inédito, com uma frequência semanal, a micro, pequenas, médias e grandes empresas. Os primeiros resultados referem-se à semana passada (de 6 a 10 de Abril), contando com uma amostra de 8883 empresas, da qual resultaram 4793 respostas válidas.

O *layoff* explica a grande redução no número de trabalhadores ao serviço, mais visível entre as microempresas. Mas para essa descida também contribuíram, embora "em menor grau", as faltas "por doença ou por apoio à família".

É no sector do alojamento e restauração que a percentagem de encerramentos é maior: 55% declararam ter fechado temporariamente e 7% definitivamente (havendo 38% que responderam que se mantêm em funcionamento). Também é neste sector que se destaca o recurso ao *layoff*, com 90% a referirem ter aderido.

Outras conclusões: foram 37% as empresas que "reportaram uma redução superior a 50% do volume de negócios" e a mesma percentagem as que indicaram ter apresentado reduções entre 10% e 50%"; as que estão temporariamente encerradas "reportam maioritariamente reduções superiores a 75%".

Relativamente ao emprego, o inquérito evidencia que "61% das empresas reportaram reduções no pessoal ao serviço". Outra informação destacada nas conclusões é a de que nas empresas encerradas temporariamente as reduções "situam-se, na maior parte, acima de 75%."



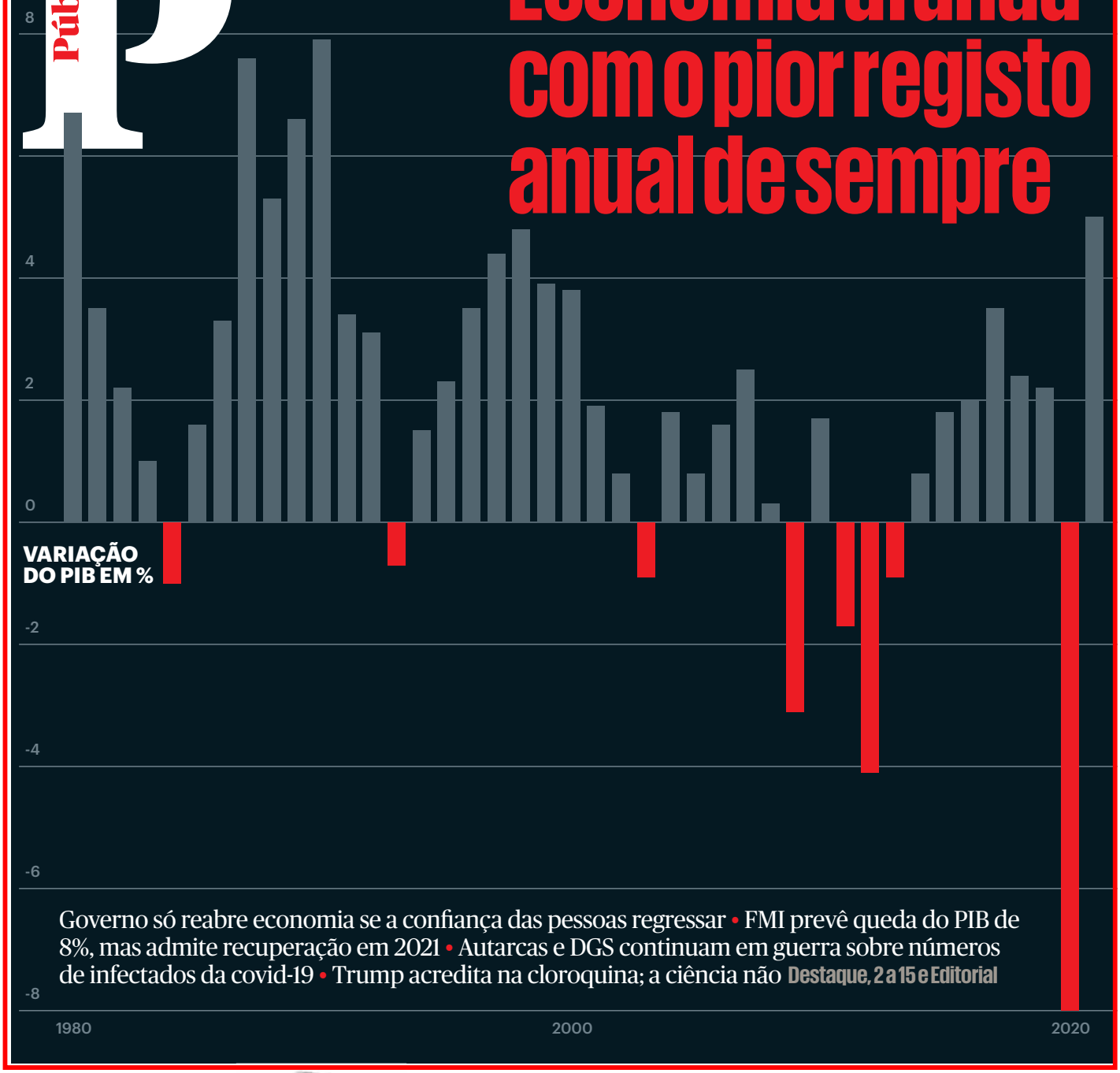
Fonte: INE e Banco de Portugal PÚBLICO

CISION
ID: 85980204
Público
15-04-2020
Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral
Pág: 1
Cores: Cor
Área: 25,70 x 26,52 cm²
Corte: 3 de 3

Edição Lisboa • Ano XXXI • n.º 10.948 • 1,30€ • Quarta-feira, 15 de Abril de 2020 • Director: Manuel Carvalho Adjuntos: Amílcar Correia, Ana Sá Lopes, David Pontes, Tiago Luz Pedro Directora de Arte: Sónia Matos

Público

Economia afunda com o pior registo anual de sempre



Governo só reabre economia se a confiança das pessoas regressar • FMI prevê queda do PIB de 8%, mas admite recuperação em 2021 • Autarcas e DGS continuam em guerra sobre números de infectados da covid-19 • Trump acredita na cloroquina; a ciência não Destaque, 2 a 15 e Editorial

Ofensiva do Governo agrava intensidade da guerra na Líbia

Governo reconhecido pela ONU diz ter conquistado sete cidades em dois dias p28

Maria de Sousa (1939-2020)

A cientista cujo mundo ia da imunologia à cidadania e às artes

Ciência, 30/31

TdC detecta irregularidades na gestão de Elina Fraga

Ex-bastonária da Ordem dos Advogados fez ajustes directos de um milhão p22

Esquerda insiste em aumentos para função pública em 2021

António Costa admite travar aumentos. Esquerda reage com preocupação p20

ISSN-0872-1548